

1

PROJECTO FINAL DE ARQUITECTURA
INTERVENÇÃO NO SEGUNDO TORRÃO
GONÇALO JOSÉ MARINHO DE SOUSA E FARO SPÍNOLA



Escola de Tecnologias e Arquitectura
Departamento de Arquitectura e Urbanismo
Mestrado Integrado em Arquitectura

Gonçalo José Marinho de Sousa e Faro Spínola

Trabalho de projecto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Arquitectura

Intervenção no Segundo Torrão

Professor Doutor Bernardo Pizarro Miranda

Intervenção no Segundo Torrão

Professor Doutor Pedro Luz Pinto

PALAVRAS-CHAVE: Segundo Torrão; Arquitectura Vernácula; Prática e Teoria.

KEYWORDS: Segundo Torrão; Vernacular Architecture; Practice and Theory

RESUMO

Este trabalho é um convite a viajar por um mundo particular, com fortes memórias, na margem sul do rio Tejo, no encontro entre este e o Atlântico. O Segundo Torrão é esse lugar. Combinando uma relação ecológica entre cultura, identidade e natureza, o Segundo Torrão, um bairro multicultural de 75 anos, está a tentar resistir em circunstâncias difíceis que implicam o dia-a-dia de aproximadamente três mil pessoas que reclamam por condições de vida apropriadas. Eles existem entre rio, praia e pinheiros. Mas também dentro de um muro. Deveriam eles saber como seria viver além do limite?

ABSTRACT

This work is an invitation to travel a particular world, with strong memories, in the south side of Tagus River, where Atlantic Ocean and Tagus meet. *Segundo Torrão* is that place. Combining an ecological relation between culture, identity and nature, *Segundo Torrão*, a 75 years old and multi-ethnic neighborhood, is trying to resist in hard circumstances that imply a nowadays life of three thousand people claiming proper living conditions. Is an ilegal neighborhood located in a private property. They exist between river, beach and pine trees. But they also exist inside a wall. Should they know how could it be to live beyond this boundary?

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	8-11
1. DESCRIÇÃO DO SEGUNDO TORRÃO	12-15
1.1 CONTEXTO, ASSENTAMENTO URBANO EM RELAÇÃO	16-21
a) <i>Lugares e não-lugares</i>	21-22
b) Cidade e urbanização	23-28
c) Contextos diferentes e princípios comuns em arquitecturas distantes.	29-32
1.2 MORFOLOGIA	32-45
1.2.1 OS MATERIAIS PELA MEDIDA DAS POSSIBILIDADES	46-63
2. DAS QUESTÕES LEVANTADAS A PROJECTO	64
2.1 ESCALA METROPLITANA	64-71
a) Metro	65

b) Fecho da golada e Margem	66-71
2.2ESCALA DO BAIRRO	72-85
a) Habitação nova e reabilitação	78-79
b) Redefinição do Largo da Associação e Centro Cívico	79-85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86-96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104-106

The architect should be a prisoner of no time, a slave of no time and no time should be a prisoner of change. (Eyck: INDESEM 1968)

INTRODUÇÃO

A tese “ Da cidade à casa, da prática à teoria- Segundo Torrão”, tem como objectivo principal procurar perceber de que forma, através do exercício continuado de ver e fazer arquitectura, em contacto com o lugar que se pretende intervencionar e as pessoas que o habitam, observando, desenhando e fazendo levantamentos da realidade, é possível reunir material teórico, por meio desse processo prático que se tem vindo a materializar por meio de levantamentos, recorrendo a uma fiel representação do lugar, e que, tanto quanto tenha primado por documentar essa mesma realidade, também intuiu, através do desenho, aquilo que possa vir a ser o novo bairro dentro da lógica daqueles homens e mulheres circunscritos numa realidade maior - interstício de areia entre o Tejo e os pinheiros.

Dentro desta construção, a de fazer corresponder a experiência, na qual nos relacionamos segundo vários pontos de vista com o objecto de estudo, e a teoria, é necessário falar, em paralelo, daquilo que este pequeno assentamento urbano tenha de nostálgico quando possamos ver nele um qualquer cheiro a vernáculo, no sentido de coisa que é genuína, pelo espírito do próprio lugar, qualquer coisa que nos remeta para algo arcaico, que possa contribuir, ainda, e à luz dos dias de hoje, para uma visão heterogénea quando pensado enquanto parte de um todo, ainda que sucumba sempre à fatalidade de ser associado ou tomado por um pensamento homogéneo, fruto da mundividência da qual dispomos hoje, que

tudo reduz a nada, inevitável característica de estar em relação com o centro- se é que este ainda existe- ainda que exista na consciência colectiva, bem como nas manifestações várias de desigualdades espaciais.

Ainda neste primeiro confronto entre a teoria e a prática, ou seja, entre a conceptualização teórica dos objectos a várias escalas, desde a casa à urbe que serve enquanto elemento que lhe pertence e da qual se serve, à prática, que trata de perceber esse cheiro, esse cadastro , de forma empírica, que nos permita respirar o tal ar de coisa que, ainda que recente, já tenha sido antiga, é preciso fazer duas ressalvas.

Em primeiro lugar, dizer que não interessa olhar o Torrão construindo uma narrativa que contribua para o reduzir a um assentamento urbano que pudesse ser caracterizado como típico ou tradicional, no sentido comum e comercial dos termos, e que pudesse estar associado a uma forma redutora de transmitir um conceito conveniente e vendável. Pretende-se, pelo contrário, fugir a uma objetificação que pese tanto em palavras e conceito que acabe por esmagar o sentido que o objecto tenha por ele próprio- apenas construindo-se e descobrindo-se pela passagem de si a ser continuamente no tempo e no espaço. Assim, à medida que se fuja dessa objetificação em nome da procura pela essência do Torrão, que se afigure em nós um projecto passível de fundir-se com a envolvente, surgido do sonho de perseguir os vestígios desse caminho que já começou a ser trilhado.

Em segundo lugar, dizer que o que está em jogo, ao apelar ou convidar a que se cheire um rasto que o possa determinar, o Segundo Torrão como sendo a possibilidade vernacular que

viesses a construir um novo centro, é imensamente diferente daquilo a que “vernacular” implique ou signifique numa construção tradicional num monte alentejano ou no Douro, por exemplo, quando olhada através do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal, neste caso no fim da década de 50, onde as construções são já vitimadas por outros constrangimentos associados a tudo quanto fosse acessível, à época, para que se tivessem materializado até à data desses levantamentos, sem que houvessem auto-estradas ou carros que as percorressem, sem meios, telemóveis, rede e infra-estrutura que permitissem ter um outro contacto mais alargado e estreito com tudo o que estivesse para lá das capacidades de locomoção.

Assim, este rasto é o ponto de partida a tentar materializar num projecto, que o contacto com esse lugar entre *não-lugares* permitiu. Mas essa lufada de ar fresco não foi possível ver através do avião, do qual apenas poderia dar-se a ver uma mancha rodeada por um rio, uma encosta, o verde das árvores, ainda descaracterizadas, e as auto-estradas.

Mais do que insistir na realidade tal qual existe quando desvendada à luz de preconceitos imediatos, surgidos da graça de sermos mortais e, por isso, não sermos capazes de antecipar tudo quanto constitua a verdade em toda a sua extensão - é importante perceber o que haja de vital na construção do bairro que resultou do trabalho de todos os residentes, intervenientes naquela geografia muito particular. Desse resultado e da vontade de o entender continuando-materializando um projecto - o texto.

Neste sentido, depreender desta realidade viva o que possa ter sido gerador desta morfologia particular, que a encarna, é fundamental para que se possa intervir. Porquê intervir

preservando a morfologia de um bairro considerado “de lata”? Porquê preservar e dar suporte a que se estruturam os AUGI na margem sul do rio Tejo, em vez de os derrubar, é sustentável para o ambiente bem como para os próprios residentes, enquanto garante de uma memória colectiva?

1 DESCRIÇÃO DO SEGUNDO TORRÃO

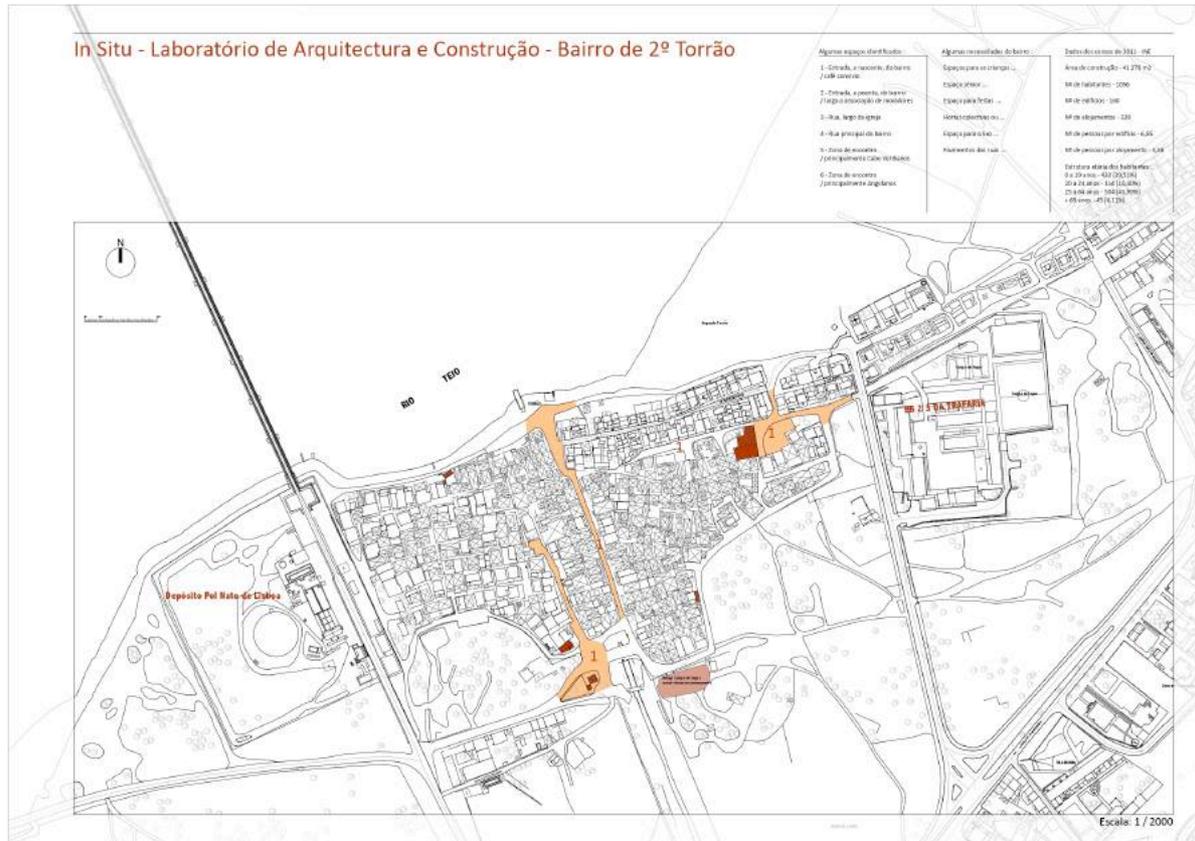


Fig. 1 Planta do existente, Bairro do Segundo Torrão

Embora pertença à área metropolitana de Lisboa, o Segundo Torrão assemelha-se mais a um povoado do que a um pedaço de cidade. No encontro entre o estuário do Tejo e o Atlântico, aparece o Segundo Torrão, bairro multicultural implantado ao longo de quatro hectares. O bairro é limitado a Norte pelas dunas e o rio Tejo, a Sul pelo pinhal e a Poente por um posto de abastecimento de navios da NATO. Exceptuando uma correnteza de casas junto ao rio, as primeiras a surgir, que são legais e abrangidas pela área do porto de Lisboa, todas as restantes são ilegais, ironicamente implantadas na propriedade de uma empresa de animação de praia.

A ocupação humana deste território tem já, pelo menos, 75 anos de existência. A partir do 25 de Abril de 1974, a população residente transformou-se enormemente, o que contribuiu para o desenvolvimento, bem como para o enriquecimento cultural e ecológico do lugar. A partir daí, passaram a abranger emigrantes e retornados das ex-colónias portuguesas e a madeira da qual se faziam compor as casas foi sendo substituída por alvenarias, por materiais mais perenes.

A cidade circunscreve esse território, casa de aproximadamente 3500 pessoas, 5000 em época balnear, sem que por isso se articulem de forma apropriada. Como se a tibia e o fémur pudessem existir num contínuo sem articulação que os mediasse.

Ele é um pequeno mas denso assentamento de pessoas que a contradiz, à cidade, embora pertença à área que formalmente a restringe- os restringe.

O Torrão é, portanto, uma parte integrante do todo que, ainda que o constitua, é manifestamente diferente da restante cidade. Uma morfologia de carácter orgânico que, pela sua composição frágil e pelo cadastro do lote onde se encontra implantada, está sempre sujeita a sofrer metamorfoses, mais ou menos céleres, que podem ditar o seu fim e, por conseguinte, a distribuição dos que a habitam, num processo possivelmente descuidado, para periferias mais distantes, sem nada que possa devolver-lhes a memória de terem, um dia, construído as próprias casas definidoras do espaço público- memória colectiva e cultural.

O Segundo Torrão está circunscrito num desenho que designa todo o espaço geográfico representativo da área metropolitana de Lisboa, não sendo tido em conta no acesso ao que diga respeito às condições próprias de um sujeito de direitos. Isto acontece, em grande parte, por não ter rede de transportes que o liguem ao centro da cidade, de forma eficaz, através de uma rede à escala dos Homens, à escala das suas possibilidades económicas. Escusado será dizer que esta articulação pouco inclusiva acaba distanciando-os da escala da democracia, aquela que agrega e dá possibilidade às pessoas de aceder à diversidade tão característica entre os grandes centros urbanos. Esta distância levou a que se gerasse, ao longo das últimas décadas uma realidade muito particular à margem do grande centro.



Fig.2 Vista do Segundo Torrão

1.1-CONTEXTO, ASSENTAMENTO URBANO EM RELAÇÃO

Antes de falar do Torrão, no sentido estrito, é preciso falar acerca do lugar e, associado a ele, falar da geografia onde se insere. O excerto que se segue, retirado de Os Pescadores de Raul Brandão (1867-1930), faz o relato, descrevendo o que significava, em 1923, ir da Trafaria à Caparica, na qual, claramente, a Trafaria aparece como uma inevitabilidade “horível” a quem viesse, vindo de Lisboa, à procura pela extensa Caparica.

CAPARICA

Janeiro— 1923

Da horrível Trafaria à Caparica gastam-se dezoito minutos num carrinho pela estrada através do pinheiral plantado há pouco. Os pinheiros são mansos, aninhos e inocentes: — os pinheiros novos são como bichos novos e têm o mesmo encanto... Ao lado esquerdo desdobra-se o grande morro vermelho a esboroar, e ao outro lado o terreno extenso e plano rasgado de valas encharcadas. De repente uma curva, algumas casotas cobertas de colmo— Caparica. (Brandão: 151)

Seria curiosa a possibilidade de ver, à luz dos nossos dias, o que diria Raul Brandão da Trafaria que até de uma catedral onde são processados cereais dispõe. Deixando agora a apreciação de lado, o que é facto é que, fechando os olhos, enquanto nos seja narrada essa

viagem de dezoito minutos, é possível ver tudo quanto tenha sido descrito nos dias de hoje. Isto, exceptuando as “casotas cobertas de colmo” ou, por haver uma vegetação mais robusta, a dificuldade em ver, a quem seja mais distraído quando se aventure pelo espaço, “valas encharcadas” rasgando o “terreno extenso e plano”, indicadores de que apenas com a intervenção do Homem na natureza se resolveu o problema de estas terras terem sido, em tempos, pantanosas. Continuemos, agora, de forma mais objectiva.

Pertencente ao concelho de Almada, mais especificamente à Trafaria, localidade onde se insere também a Cova do Vapor e a Trafaria centro, o Torrão nasce num contexto particular, do qual é necessário destacar a graça de estar circunscrito a norte pelo Rio Tejo, as dunas e o areal, e, a sul, escondido por um pinhal, que não chega a ter um século de existência, plantado num terreno praticamente plano que, a sul, vira quase bruscamente encosta, numa terra chamada Pica Galo- a mesma encosta que limita a nascente a Costa da Caparica.

A margem norte, barreira sul da barra do Tejo, é um dos principais pontos, de acordo com os quais se poderia imaginar um caminho contínuo, ao longo do rio, que ligasse todas as terras que lhe desenham a frente e que, actualmente, pouco ou nada comunicam, Cova do Vapor, ainda que mais distante, Torrão I, II e centro da Trafaria. Dessa reestruturação da frente de rio, anunciar que essa incisão viria a montante da possibilidade, a uma escala mais alargada, de repor a golada do Tejo. E esta decisão poderia vir a possibilitar a reposição do equilíbrio do ecossistema de uma forma que tanto quanto fosse sustentável monetariamente, por serem constantemente gastos milhões a repor os sedimentos que naturalmente se acumulariam

através da golada, também o seria ao possibilitar que os habitantes da Costa e da Trafaria se relacionassem de forma mais pacífica com a natureza quando expostos a intempéries e à possibilidade de serem invadidos pelo mar ou pelo rio. Caminhar ao longo do rio, em zona limite, a partir do cais da Trafaria até ao primeiro Torrão é possível. A partir desse momento confrontamo-nos com a impossibilidade de continuar a caminhada, junto ao areal, por haverem construções que, a determinada altura estrangulam o caminho de modo que se tenha de continuar ou pela zona dunar, do aterro(que será falado de seguida), ou pela avenida principal. É possível, ainda, fazê-lo pelo interior do Primeiro Torrão. Ou seja, o caminho costeiro, à escala da margem da Trafaria no sentido lato, acaba por ser interrompido por um estrangulamento à escala do primeiro assentamento urbano-o Primeiro Torrão.

A interromper a frente de água, aparece o aterro da Silopor, já nos anos 80, que leva a questionar qual será o futuro daquele lugar e, depois que deixe de servir o propósito de processamento de cereais, que funções lhe poderiam caber, bem como ao imenso aterro onde está implantado. Uma grande questão, ainda neste ponto, é afecta ao que possa significar aquela escala industrial ao lado da dimensão mais que doméstica desta localidade. Posto isto, e ainda sem abordar o Torrão naquilo que signifique a sua escala para si e por si próprio, é necessário que se fale acerca de acessos. A sul, há barco que permita a travessia entre a Trafaria e Belém. A norte, a apanhar a linha de água do Vale da Enxurrada, há uma nacional, a N377-1 que permite a chegada à Trafaria de carro. Apenas duas carreiras de autocarro levam as pessoas da Trafaria à Caparica ou ao Cais do Ginjal. Uma nacional, uma travessia de rio,

que existe de hora a hora, Transtejo, e duas carreiras de autocarro TST. Claramente é possível identificar uma carência no que diga respeito à possibilidade de locomoção que as pessoas dispõem através dos transportes públicos existentes. Para os que saiam todos os dias da Trafaria a Lisboa, o tempo perdido em movimentos pendulares é um inferno e é manifestamente distinto daquele que tenha de ser despendido por alguém que viva onde trabalhe ou num lugar no qual os acessos tenham outra eficiência. Estes factos fazem questionar o seguinte: o que será de um lugar, onde praticamente não há trabalho, envolto de espaços de transição que não têm rede de transportes à medida das necessidades de quem nele reside? Que especificidades há, intrínsecas à particularidade de estarem aí inseridas essas terras bem como as pessoas que fazem do habitar entre os pinheiros e o areal ocasião, entre as nacionais e o rio, ou seja, entre todos os espaços que não foram feitos para permanecer, mas, pelo contrário, fazer convergir ou divergir relativamente ao centro? Perguntando de uma maneira mais simples, o que significam estes lugares, cheios de vitalidade, cultura e movimento, no meio de *não-lugares*, no sentido do conceito explorado por Marc Augé (1935), que embora não se façam sentir a quem olhe em redor de entre os pinheiros, se manifestam no tempo perdido em função de redes de transportes disfuncionais?

Estas são questões que considerámos francamente pertinentes, que não se limitam a ser questões exclusivas deste lugar na margem Sul do Tejo. São questões, algo mais abrangentes, que levam a interrogar, de forma quase paradoxal, se a ausência de network que existia na idade média, em que tudo o que pertencesse ao domínio da matéria que ficasse para lá de uma

muralla não interessava e que, apenas servia para alimentar e fazer crescer, cada vez mais, esse centro vivo e grande, mantido, artificialmente, com recursos provenientes do exterior, não continua a existir, de uma outra maneira, ainda que muitíssimo diferente, nos dias de hoje. Volvamos agora ao princípio, à introdução, que fazia já adivinhar que haveria, mais à frente, de abordar-se o problema de este pequeno assentamento urbano poder sugerir uma construção que pudesse ser vernacular sem que os factores que a restringem tivessem necessariamente que ver com o que as circunstâncias restritivas da realidade da arquitectura popular, presente no inquérito à arquitectura popular em Portugal, pudessem fazer erguer àquela época. Assim sendo, que constrangimentos ou circunstâncias, que existiam no passado de uma forma e hoje de uma outra totalmente distinta, são essas, restritivas, hoje, das construções do Segundo Torrão (aí, elaboradas com materiais industriais e não locais, ou seja, rigorosamente nada deveria haver para que essas construções fossem, aqui, referidas como vernaculares) que, no passado, encarnando uma outra forma e de outra maneira, restringiam construções, como as eram os espigueiros, por exemplo, em Vila Real, elaborados com materiais locais- estes sim, vernaculares em toda a sua extensão? E, desse esclarecimento, do que eram essas circunstâncias no passado e do que são hoje, num desfasamento muito marcado, e ainda mais quando olhado num caso específico em Portugal, surge uma outra questão. Tomando por facto que essas circunstâncias, claramente restritivas, eram no passado totalmente distintas daquilo que são hoje, em que medida moldaram coisas completamente distintas que possam ser categorizadas, ambas, como coisas vernaculares?

Para responder às questões anteriormente colocadas, será necessário que se esclareçam alguns conceitos acompanhados de algumas restrições que nos ajudem a perceber o ambiente ou as circunstâncias nas quais o Torrão se foi construindo e as que sejam, hoje, o contexto no qual vive. Para isso, será necessário compreender de que forma lugares, ou seja, espaços onde possa dizer-se que o tempo se traduz em ocasião, possam estar para *não-lugares*, os espaços nos quais o tempo se encontre suspenso, em trânsito, como a relação entre os grandes centros urbanos e os pequenos assentamentos estejam para a mediação, mais ou menos democrática, entre eles e as decisões tomadas dentro dos processos de urbanização.

a) *LUGARES E NÃO-LUGARES*

Se um lugar se pode definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode definir-se nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar. (Augé, 1992)

Não-lugares podem, ainda, ser descritos por Marc Augé, pelas palavras de Josep Maria Montaner (1954), como sendo

espaços da supermodernidade e do anonimato, definidos pela superabundância e o excesso. São espaços relacionados sempre com o transporte rápido, o consumo e o lazer que se contrapõem ao conceito de lugar das culturas baseadas em uma tradição etnológica localizada no tempo e no espaço, radicadas na identidade entre cultura e lugar, na noção de permanência e unidade. (Montaner, 1997: 45)

O torrão é qualquer coisa que encarna bem o “conceito de lugar das culturas baseadas em uma tradição etnológica” ou, neste caso, várias, localizadas “no tempo e no espaço, radicadas na identidade entre cultura e lugar, na noção de permanência e unidade.”

É interessante pensar na coragem como estes nômadas conquistaram e sempre vão conquistando essa condição enquanto construtores do Segundo Torrão. E, como eles muitos outros. O preço que as pessoas, daí, pagam por não serem tidas em consideração e, conseqüentemente, não serem abrangidas por infra-estrutura e redes de transportes que as façam poder desempenhar, pacificamente, o papel de qualquer cidadão em sociedade, é tão elevado que os leve a contemplar a eterna transição na medida inversa na qual outros, por tudo terem à distância de um passo, possam contemplar o tempo sob a forma de ocasião. Tudo isto entre todos os não-lugares que os fazem convergir e divergir, em trânsito pelo rio ou pela nacional.

b) CIDADE E URBANIZAÇÃO

Aquilo que distingue a cidade da urbanização parece ser muito claro. A urbanização é um processo, não designa um lugar. E, sendo um processo, significa que ela está constantemente a tomar forma e a tomar lugar em qualquer lugar. Isto faz-nos perceber a condição urbana e o fenómeno urbano de uma maneira completamente diferente, isto é, como se nós já não tivéssemos ideia da forma urbana, do seu limite, do seu centro, e a urbanização fosse uma espécie de um magma que se vai espalhando e que tem uma intensidade cada vez mais tecnológica. Desde os grandes sistemas da mobilidade das pessoas, dos automóveis, das mercadorias, da informação, da energia a toda a diversidade de construções que os humanos fazem desde os grandes edifícios aos grandes aeroportos, ou portos de mar até uma simples casa. (Álvaro Domingues numa conferência em Matosinhos. “A cidade ainda existe?”) (Domingues, 2018)

Na verdade, quando na introdução foi referida a frase que falava da “inevitável característica de o torrão estar em relação com o centro” e a possibilidade de ele, o centro, existir ainda que fosse na consciência colectiva, estava a antecipar este pensamento, bastante presente no discurso do geógrafo Álvaro Domingues (1959). Ao falar de centro, estava a falar da ideia de cidade ou, talvez, se da ideia de cidade, da ideia de uma cidade medieval, neste caso.

Infelizmente, fazendo uma ressalva para que fique claramente esclarecida a reflexão aqui implícita, no caso de Portugal é bastante evidente a existência de um centro que está muito longe de fazer-se ver somente presente na memória colectiva das pessoas. Lisboa funciona como um verdadeiro buraco negro e é curioso ver como tantos economistas e financeiros se batem para que no final não entendam que, para que o país se movimente é necessário que se dinamizem outros centros para que possam entrar em diálogo com Lisboa e não acabem devorados por ela. E para que ajudem a dispersar o consumo insustentável da pobre cidade. Se Itália fosse Roma, quão pobre seria essa Roma. Coitada, não haveria um intervalo de chuva que pudesse significar ocasião. Mas, no caso de Itália, é manifestamente diferente. Emanuel II, aquando da unificação, herdava um padrão imenso de centros autónomos e, mais, num momento de industrialização.

Ora para que se entenda o Segundo Torrão e para que seja possível nele intervir é fulcral que se distingam os dois conceitos, cidade e urbanização, ou, derivado da possibilidade de, em última instância, não poderem ser indissociáveis, ainda que distintos, ver como, esse “processo” de urbanização, acima falado, e a cidade, com o carácter de lugar e memória colectiva, se complementam.

Ao assistir à conferência que o geógrafo deu, é possível ver duas imagens de San Gimignano. Uma na qual o santo segura, nos braços, a própria cidade como que fosse uma taça transportável. E, nesse caso, se transportável pelos braços de um santo, facilmente quantificável bem como compreensível. Na segunda imagem, para explicar o fenómeno de

urbanização, Álvaro Domingues exhibe a mesma pintura, alterada num qualquer programa de edição de imagem, onde, o santo nos é apresentado tentando agarrar aquilo que signifique a cidade de hoje, tentando suportar edifícios altos, eixos rodoviários, um avião e um aeroporto, bem como tudo o que fique entre essas plantações da modernidade- mais especificamente a urbe; toda a complexidade em relação através de infra-estrutura e rede. Nesta outra representação compreende-se a dificuldade de entender, justamente, *lugares e não-lugares* em relação. Ou seja, nesta outra representação, entende-se a dificuldade de categorizar o que possa significar ser num lugar, como o Torrão, marcado pelo tempo perdido entre *não-lugares*- o rio Tejo, a nacional N377-1, como meios de o ligar à capital, onde verdadeiramente se acede a coisas essenciais, da qual muitos dependem. Ainda em crescendo, e



Fig.3 Taddeo di Bartolo, San Gimignano.

complicando talvez um pouco mais- para que não aterremos demasiado cedo em respostas precipitadas às questões anteriormente colocadas- ainda pode e deve perceber-se, relativamente à comparação entre as imagens, o seguinte; o primeiro San Gimignano e o segundo seriam necessariamente homens diferentes. O primeiro é Medieval e, o segundo, é já um santo que está para lá da Era Moderna. Ora, não entender o que comece a significar ser indivíduo em contexto que, num ardil, leve o homem a querer superar e superar-se dentro da frieza desse processo individual e de entendimento de si por si próprio e que tudo possa reduzir, quando derrotado pela enormidade do labirinto onde se encontra, a causa-efeito e temporalidade no espaço, é não entender o Homem contemporâneo, em particular, bem como o Homem naquilo que possa sempre ter constituído parte da sua essência ao longo de todos os dias, coisa indispensável para que se entendam coisas tão complexas quanto os espaços em relação comunicando entre eles com o intuito de o servir, ao Homem, como ele quis ou julgou querer, ser servido. Assim sendo pode dizer-se que grande parte do que possa ter sido questionado no início deste capítulo, como; o que signifiquem estes lugares, cheios de vitalidade, cultura e movimento, construídos por pessoas que passem a vida em trânsito no meio de *não-lugares* ou; as circunstâncias que restringem, hoje, o torrão naquilo que se tenha materializado como sendo diferentes daquelas que restringiam os espigueiros enquanto materialização, por exemplo, em Lama de Olo, Vila Real está agora mais claro. No entanto, é de deixar claro, enquanto nota final desta parte, que não há a

pretensão de concluir, nem perto, mais do que haja a vontade de levantar questões que possam ter alguma pertinência para que o diálogo não se encerre.



Fig. 4 Casa no torrão, 2019 - material importado, industrial(tijolo, cimento, madeira, plástico) que materializam, dão forma a um espaço ainda em contínua transformação e ainda em uso.



Fig. 5 Espigueiro em Lama de Olo, 1959- material local (granito) que materializa, dá forma a um objecto que foi tecnologia, à época, e hoje apenas artefacto com história. (Sindicato Nacional dos Arquitectos: 164)

c) CONTEXTOS DIFERENTES E PRINCÍPIOS COMUNS EM ARQUITECTURAS DISTANTES (Vernáculo?)

Resta só compreender em que é que ambos são vernaculares, já que, pela origem dos materiais bem como pelos contextos, são totalmente distintos. As pessoas que constroem o Segundo Torrão vêm, em grande parte, de geografias completamente distintas daquela onde todos, em conjunto, contribuem para um lugar exclusivo, facto que nos fala dos aviões que necessariamente tenham apanhado.(Fig.6)



Fig.6 Mapa de localização de entrevistas realizadas por Joana Trindade no âmbito do projecto Novos decisores ciências Segundo Torrão.

O que as tenha motivado a chegar ao Segundo Torrão são motivos completamente diferentes do que tenha motivado os habitantes de Vila Real, por exemplo, a que lá estivessem. Hoje, no torrão, as pessoas, ainda que pudessem não sair do mesmo sítio, teriam sempre mais acesso a reproduções de outras realidades, ainda que muito redutoras, através da dimensão tecnológica presente nas infra-estruturas que levam a que as pessoas dialoguem, constantemente, em sites de redes sociais.

Posto isto, é importante referir que, mais que sair ao encontro pela definição de um conceito, neste caso pelo de vernáculo em arquitectura, há a vontade de encontrar através do desenho, o rasto das várias narrativas das partes que componham este todo que é o Torrão, que fizesse com que dessa procura fosse possível identificá-lo como detentor de um princípio comum, para o qual o colectivo, ainda que fazendo-se constituir de várias liberdades individuais, caminhasse, como quem estivesse, ou esteja, num processo de transição entre o construir de um todo informado e em comunidade e a tomada de consciência de o estarem a fazer. No Segundo Torrão, as pessoas não são, em grande parte, nativas dali. Com isto quero dizer que a semântica que esteja por detrás da palavra vernáculo não interessa tanto quanto a intensidade que possa ter para explicar algo que é genuíno, que faça sentido por si próprio, e que claramente se manifesta no ambiente e no espírito presente na experiência de ser naquele lugar. Se não é vernacular, está à procura de vínculo na caminhada pelo concílio entre a Natureza e os princípios de cada um que, num exercício continuado, originam tempo compreendido arquitectonicamente, sem que haja arquitecto algum por perto.

A sabedoria popular, ou seja, a memória de erguer continuamente que se traduza no conhecimento de gerações acerca de como pudesse ser manuseado o granito que viesse a ser espigueiro em Vila Real, é aqui, pelos tempos do torrão correrem tempo corrente, correspondente a uma memória, já global, de um mundo também popular, que já pode dizer-se traduzido no conhecimento de gerações de como se trabalhem, sem arquitecto, os materiais industriais, granito daquele passado que ainda hoje faz presente e ser na memória colectiva.

1.2-SEGUNDO TORRÃO, MORFOLOGIA URBANA

Se na primeira parte deste grande capítulo, que pretende descrever o Torrão, se falou do contexto onde o bairro se insere, de tudo quanto sejam características intrínsecas ao ser em relação que possa estar condicionado pela falta do que garanta às pessoas locomoverem-se em condições e sem que isso lhes leve a vida, nesta segunda parte será falado especificamente tudo o que haja ficado em aberto no texto anterior, ou seja, tudo o que leve a uma melhor compreensão do que esteja à escala da morfologia do Segundo Torrão no sentido estrito. Assim sendo, se na hora de ter falado acerca do contexto, ou seja, das características inevitáveis à formação deste bairro bem como da possibilidade de ser qualquer coisa particular, de princípio, antiga ainda que recente, agora, será tempo de dar lugar ao que possa significar a sua morfologia, à luz de tudo o que tenha sido dito, quando olhada como qualquer

coisa que, quando posta em retrospectiva ou comparada com o centro de Lisboa bem como com qualquer bairro formal, seja possível depreender uma especificidade que faça ver como o Torrão se encontra na procura pelo ser que lhe é intrínseco. Essa procura pela relação que as próprias casas estabelecem com o lugar, muito próprio, que se faz caracterizar pelo pinhal e as praias junto ao rio, realidades entre todas as vias que fazem convergir ou divergir. A morfologia resultante do assentamento de pessoas que constitui o Segundo Torrão, no qual é possível notar um crescimento na justa medida das possibilidades de quem ali habita- um cenário de carência em grande parte- traduz-se na disseminação de várias casas particulares que foram proliferando, sem arquitectos, tendo sido o espaço público ou os meros becos de serventia a casas pouco insolaradas, resultantes desse jogo onde é possível ver, claramente, a definição dos “vazios urbanos” pelos os cheios das habitações que os recortam.(Fig.7) Ora, eles foram herdando, lentamente, as orientações dos que antes já aí haviam construído, ainda que de forma empírica. Não herdaram um apartamento num prédio de quatro andares no âmbito de um projecto urbano que os fizesse observar da casa uma auto-estrada. Quanto ao crescimento do Torrão, será necessário que se esclareça que, à semelhança de uma cidade medieval, que se estende até determinado limite, muralha ou fortificação, também ele cresceu até onde lhe tivesse sido possível crescer. No seu caso, em particular, o limite que o impede de estender-se pelo território e que originou a sua forma final, próxima à de um bacalhau, (factor que é questionado e levado a uma outra ponderação em projecto) diz respeito não a uma muralha que o defenda, como é evidente, mas sim a um muro desqualificado que surgiu,

não em sua defesa, mas na defesa pelos interesses do proprietário ao qual parte do terreno onde está implantado bem como grande parte das terras que o limitam pertencem.(Fig.7)



Fig.7 Segundo Torrão e Muro

Neste ponto, ainda na ordem de uma comparação possível com a cidade medieval, é importante recuperar o tema da urbanização e da cidade, anteriormente mostrados através do entendimento do geógrafo Álvaro Domingues. Álvaro Domingues fala da urbanização como “um processo”, “um magma que se vai espalhando e que tem uma intensidade cada vez mais tecnológica”. No caso do torrão, esse processo, quando pensado de fora para dentro, em tudo o que dele signifique suporte tecnológico e de infra-estrutura que dê apoio às pessoas, parece tornar-se tímido. E, por tímido, entenda-se que toda a infra-estrutura e a organização própria de qualquer parte da cidade que tenha sido planeada ainda não chegou em força ao Torrão. É certo que o Segundo Torrão é considerado um bairro de génese ilegal. Contudo, todo o seu percurso tem sido uma longa caminhada na procura pela sua legitimação. Este ano, têm vindo a ser instalados postos de fornecimento de energia pela EDP, num diálogo constante entre os moradores, a associação que os representa e os corpos de poder no sentido de ultrapassar dificuldades de primeira ordem. Ainda neste seguimento, é de salientar que o que está previsto para este assentamento urbano não é uma destruição massiva do bairro para que, depois, as pessoas sejam realojadas em novos bairros planeados para esse fim. O que se prevê é que, a prazo, as pessoas, por ordem de necessidades, vão sendo, de forma gradual, realojadas. E, quanto ao projecto que visamos para o bairro, segundo o ponto de vista que viemos cada vez mais a desenvolver e, aliás, como tem vindo a ser dito consecutivamente ao longo deste texto, o Segundo Torrão tem um carácter muito próprio que se traduz numa relação viva entre as pessoas que nele habitam, provenientes de variadíssimas geografias, e que têm fomentado,

crescentemente, uma relação única com este lugar, esta geografia, que para além de diversa e por tudo quanto seja capital na sua composição primária, muito beneficiou de terem vindo, ao longo dos tempos a ser construídos estes assentamentos urbanos que, pela sua escala doméstica não quiseram ser mais que pontos na linha do horizonte. É, por isso, um erro destruir o que tenham estes sujeitos erguido até agora. Ainda que pobre, é a memória colectiva que os situa no espaço e no tempo. Então, poderá dizer-se que, ainda que fosse impossível construir com materiais locais, houve uma certa pertinência na forma como o homem se entendeu com a Natureza.(Fig.8)



Fig.8 Casa com pinheiro

Sabemos bem que não é possível retirar frutos de uma terra que os não dá. A particularidade deste bairro não se mede por ter sido feito com os materiais do chão onde está implantado mas sim, e não só, da relação que vários homens e mulheres de hoje estabeleceram, vindos de sítios muito diferentes, uns com os outros, casas com casas, sem arquitectos e, nunca esquecendo, num diálogo constante com a natureza, numa passagem cada vez mais próxima do concílio entre eles e ela, da forma como a tenham vindo a domesticar e a enquadrar a partir das suas casas.

Al analizar las formas de relación de los humanos con la tierra, nos damos cuenta de que, en su sentido primigenio, naturaleza y cultura no se excluyen ni se oponen sino que, más bien, designan las dos caras de una misma realidad; dos caras que sólo en épocas recientes se han manifestado en la conciencia humana como categorías desunidas. La cimbra y el arco (Arís: 56)

Assim, é importante perceber que as claras deficiências ao nível do espaço público existem em proporção inversa à riqueza da forma como as pessoas se relacionam dentro do bairro; fora e dentro de casa, entre elas e a natureza da qual estão envoltas. As crianças, por exemplo, brincam na rua e, escusado será dizer que, aqui, brincar na rua significa brincar cruzando

ruelas ou zonas de vista sobre o rio, muitas vezes longe da vista dos pais, na praia ou entre os pinheiros.(Fig. 9)



Fig.9 Canal, muro, baloiço.

Vêm-se sempre pessoas na rua, feita de areia, e até o próprio espaço litúrgico, agora em processo de requalificação, é definido por um pequeno coberto, ineficaz, em parte, por não abrigar todos os crentes. É quase indecifrável onde começa e acaba a casa no que diga respeito à vivência das pessoas ou onde principia e finda, por exemplo, a missa, na qual os que integram a reunião semanal se fazem ouvir ao dobrar de cada esquina, canto ou beco do bairro. Agora, e por pouco tempo, a missa tem ocorrido debaixo do já referido coberto e sobre o estaleiro de uma nova igreja que virá a surgir e que mudará as circunstâncias deste lugar(Fig.10 e 11). Não há propriamente palavras que possam descrever a relação fecunda entre as pessoas e o lugar, tão presente na fig.11, no momento em que pode dizer-se estarem em celebração das suas crenças, num concílio entre o presente e o que as marcas do chão possam fazer adivinhar do que esteja por vir.



Fig.10 Coberto, estaleiro da nova igreja.



Fig.11 Missa, coberto e estaleiro



Fig.12 Esqueleto da nova igreja, baloiço, muro, pinhal.

Este e muitos outros factores, como sejam disso exemplo o facto de não ser permitido voltar a erguer paredes onde estas tenham sido demolidas, mostram-nos que, embora cheio de integridade, este assentamento de pessoas, à semelhança da cova do vapor, que herdou e afirmou fisicamente a horizontalidade da frondosa paisagem que lhe serve de invólucro, está em constante metamorfose. Assim, pode agora ver-se muito mais do que um mero lugar submisso a um centro que apenas seja dormitório de quem passe a vida em movimentos pendulares. Mas é curioso que mesmo em movimentos pendulares pelo rio, quando em transito por ele, quase o sentimos como um lugar por lhe haver um carácter mensurável no qual, em dialogo com um amigo ou a sós, é possível estar em relação com qualquer das margens do rio e que permite situar-nos relativamente bem diante da envolvente informada que muitas histórias viu serem contadas, neste grande caminho, barra do Tejo. No entanto, esta graça talvez seja para o estrangeiro, por essa sua aventura significar ocasião, não significando claramente estar em trânsito.

Torrão, centro em relação ou gueto em função de um centro?



Fig.13 Vista da Trafaria a partir do barco.

1.2.1 OS MATERIAIS NA MEDIDA DAS POSSIBILIDADES

Em grande parte, paredes simples de tijolo furado industrial medeiam o interior e o exterior das habitações. Esse é um caso de sucesso ao lado de casas que possam fazer-se, em parte, erguer com aglomerados de madeira ou todos quando sejam os destroços inúteis de alguém que venham a desempenhar uma determinada função na casa de uma pessoa qualquer. Barrotes de madeira furam, sem poder mentir, as paredes de tijolo, untadas de forma tosca a cimento, ao mesmo tempo que suportam painéis Sandwich ou chapas sem revestimento, na pior das hipóteses, com tralha em cima para que não voem em caso de temporal, esses chapéus das habitações que se vão acoplando umas às outras num processo de dependência económico, na medida em que poupam em paredes ao usar as dos vizinhos. Como nas casas que possam aparecer nos montes na Serra, geografia fecunda de xisto no Algarve, num processo no qual as casas se vão erguendo dependentes umas das outras, recorrentemente voltadas a sudeste e ao nascer do sol, fazendo, a cada investida, questionar as antigas funções dentro da própria habitação. (Costa:289)

A casa de fora, a casa de dentro, a casa de fogo e as dependências

(...)Os compartimentos escuros das habitações mais antigas estavam marcados pela profusão das pilheiras, designação que tomam na serra os nichos que, nesta fase, se deixavam abertos

em qualquer uma das quatro paredes, por vezes demarcados por grossas lajes, e que serviam para guardar alguns dos parques haveres ou para pousar a candeia de luz parca. O pavimento consistia em grandes lajes de xisto ou em terra batida e, na cobertura, a telha vã era disposta sobre uma esteira de esteva ou de canas aplicadas directamente sobre os caibros retorcidos. É esta a materialidade que podemos associar às habitações mais antigas de compartimentos indiferenciados; os vários espaços sucedem-se sem nada que os distinga que não seja a presença ou a ausência da luz, seja ela natural da casa de fora ou a luz do lar da casa de fogo. É esta condição de indiferenciação que torna mais complexa a leitura da sequência de usos a que poderão estar afectos cada um destes compartimentos, quando a habitação é sujeita a sucessivos processos de partilha e ampliação em que, muitas vezes, a casa de fogo é realocizada e a casa de fora se converte em casa de dentro. (...) (Costa: 82)

Tenha-se em atenção, que o objectivo que possa estar implícito ao trazer a esta construção este excerto retirado da obra CASAS E MONTES DA SERRA ENTRE AS ESTREMAS DO ALENTEJO E DO ALGARVE do arquitecto Miguel Reimão Costa, não se manifesta em mais do que alguns traços que possam caber ao exercício de pensar a possibilidade de lugares como o Torrão poderem ter algumas características que levem a crer a existência de um carácter de princípio, passível de categorizá-lo como assentamento vernácula em construção nos dias de hoje. Assim sendo, daqui interessa perceber que, pelo contacto com os residentes no Torrão e

com algumas casas, foi possível depreender que também a forma se relaciona com o uso, numa constante metamorfose no tempo.

Vê-se no desempenhar destes exercícios essa relação no tempo entre a forma e o uso e isso é o mais bonito quando possamos pensar em arquitectura. Quando era falada na introdução a possibilidade de extrair material teórico por via da observação participante, ainda que num processo que não possa dizer-se metodologicamente bem organizado, estava a falar disto justamente. Continuemos a descrição do Torrão. Há composições várias aprimoradas de revestimentos que contemplam detritos de azulejos cerâmicos, aglomerados de materiais que sejam sobra de uma obra qualquer ou detritos deixados de uma demolição. Na rua, o pavimento é a areia da praia e, de quando em vez, ao invadir uma ruela secundária, encontram-se pavimentos de cimento numa tentativa de domesticar um pouco a praia que habitam. Toda a flora que ali brote só poderia mesmo ser compatível com os terrenos arenosos. Não é por acaso que é possível observar-se a existência dos pinheiros e pouco mais. Haverá forma mais humana de construir na natureza e com ela que a forma como estes indivíduos olharam aos pinheiros que supostamente teriam de deitar abaixo ao erguer as próprias casas? Julgo ser um convite fantástico o apelo a que se pense que ao tentar imaginar o Torrão sem as casas, restariam sempre os pinheiros e a praia. Restaria tudo quanto tivesse sido descrito pelo Raul Brandão em Os Pescadores. E, o mais curioso, é a facilidade com que as pessoas passam pelo Torrão sem que se apercebam dele de tão bem camuflado que está. Aproveitam uma clareira já invadida por uma língua de casas de pescadores e partir daí

começam a fazê-lo aparecer em força. Homens contemporâneos, individuais, numa construção conjunta, de dependência. Sobraria Torrão caso fosse deitada por terra a possibilidade de contemplar a praia ou os pinheiros? Mais uma vez estes mártires que passam os dias a hipotecar a vida ao trânsito, a contribuir para um sistema que não vê interesse algum em debruçar-se sobre os seus problemas, teriam de tentar fazer brotar os frutos de todo o seu ADN num novo lugar com a agravante de poder ser inóspito quando não o vissem passível de adaptar-se aos seus costumes, acabando por ser olhados como delinquentes, vergados pelo dever-ser daqueles a quem muitos possam limpar as casas. Ao pensar em sentidos de pertença que excedam a memória do bairro no sentido estrito é possível ver, muito à semelhança do que possa ser encontrado nos trópicos, antecâmaras exteriores cobertas mas onde o ar da rua circule ininterruptamente, por não haver janelas que o impeçam, que possibilitem a vivência das pessoas numa sala exterior que ajude a desempenhar uma qualquer função de vigia que vise a contemplação de um certo concílio entre o exterior e o interior. Este e muitos outros factores como sejam, por exemplo, o cultivo, por alguns, de grande parte dos alimentos que consomem, são indicadores de uma situação urbana de certa ruralidade que vem enquanto afirmação da incrível relação entre o homem e o hábito dentro de um processo de consciencialização que se manifesta num ser contínuo que se estende sem fim no tempo. É interessante notar que a terra que trabalham não é anexa às casas. Parece já evidente pelo diálogo que tem vindo a ser construído que a casa das pessoas não começa e acaba estritamente no sítio onde dormem. A rua é uma extensão dele, bem como as dependências

agrícolas que, pela proximidade, não deixam esquecer a quem habite o Torrão que aquele é o seu lugar ao qual lhes chega a bem ou mal tudo quanto sirva, em parte, de alimento ou forma de subsistir. Ora, se falávamos de uma arquitectura e um ser vernacular que excedesse a fatalidade de por vernacular depreender-se nativo de lugar a b ou c, estamos agora a dizer que esse ADN é transportado individualmente em cada sujeito na sua experiência x, y, z quando transite entre a sua realidade inicial e a nova, o Torrão. Não há segurança em fazer um diagnóstico certo relativamente à existência de tipologia neste lugar. No entanto, haverá seguramente traços indicadores da forma como as pessoas têm vindo a apropriar-se dele ao longo dos tempos.



Fig.14 Habitação (1) - 1/2 casa matriz, quarto e sala 3 cozinha 4 sala de jantar 5 is 6 corredor
 Habitação (2) - 21 antecâmara, sala de distribuição coberta 22 cozinha 23 lavanderia 24 is 25 sala 26/27 quartos
 Habitação (3) - 7 espaço exterior 8 corredor 9 is 10 cozinha 11 estar/jantar 12/13/14 quartos
 Habitação (4) - 15 corredor 16 quarto, antiga sala do fogo do irmão 17 sala 18 quarto 19 cozinha 20 IS

Por exemplo, Maria, nascida em Campolide, e residente do bairro há cerca de 40 anos, começou por viver entre paredes feitas de aglomerados de madeira (Fig.15 e 16 Habitação 1). Com a passagem do tempo foi construindo anexos que, hoje, compõem uma casa de aproximadamente 50m² totalmente distinta da matriz, ainda de grande precariedade, mas fazendo-se já compor, na sua maioria, por tijolo simples sem revestimento. Maria admite estar esquecida há anos em condições de grande precariedade e diz querer ser realojada numa habitação condigna. Cultiva a terra, parcela agrícola independente da habitação.

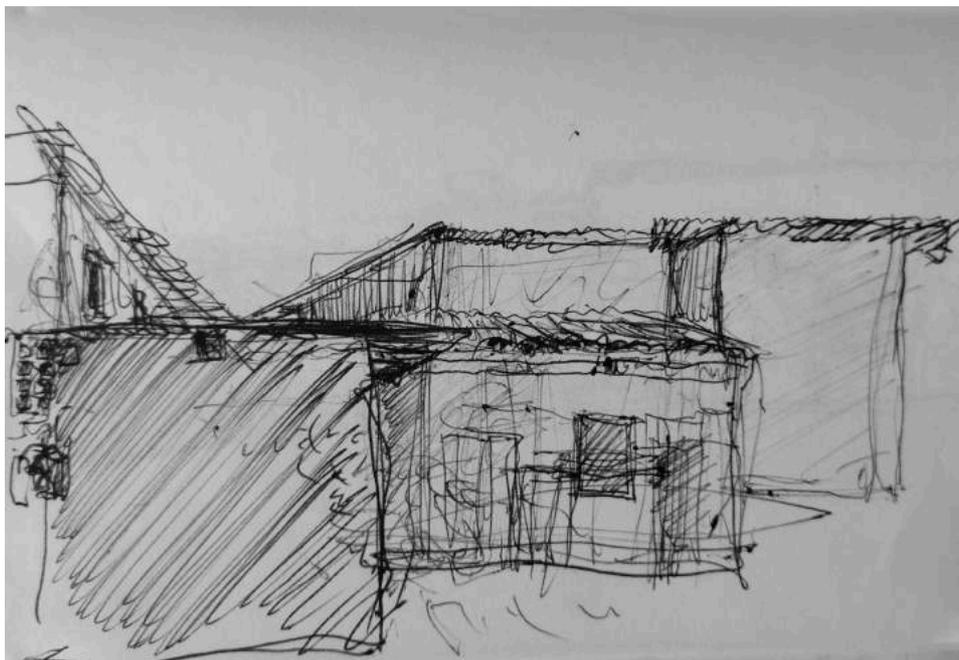


Fig.15 Desenho da casa da Maria.

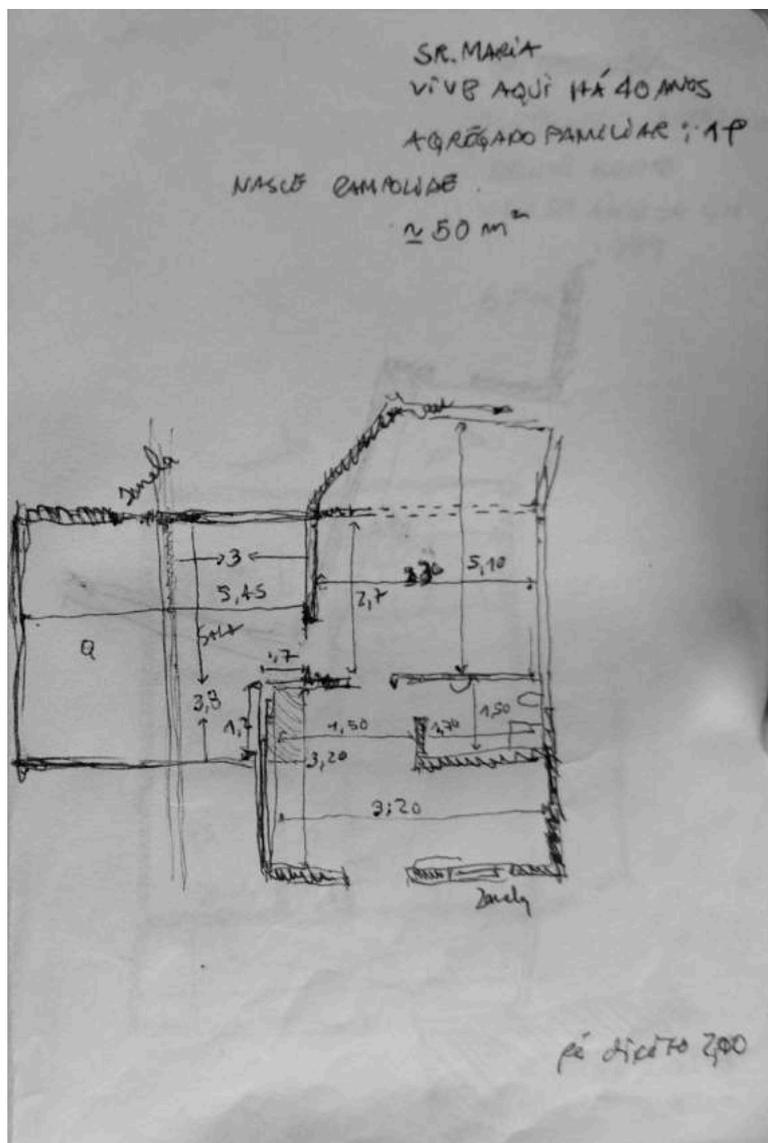


Fig.16 Levantamento da casa da Maria.

Outro caso será o da Bela, nascida em Cabo Verde. Hoje habita o Segundo Torrão, com o filho, a nora e os netos. Ao olhar à habitação é mais ou menos evidente que, de início, existia meramente um piso térreo com cerca de 70m². Ao nascerem os netos foi fundamental que se expandisse e, neste caso, surgiu um segundo piso. Assim pode dizer-se serem duas moradias para uma família que se ligam por uma escada e um espaço comum exterior. Este espaço é um exemplo da existência, entre muitos outros, da tal antecâmara coberta, sala de estar exterior. Aqui, enquanto éramos convidados a comer uma cachupa no domingo que viesse a pontuar essa semana, as crianças brincavam. Um tentava destruir a fita métrica e, quando porventura se esquecia, escapava de súbito para a rua de areia. Enquanto isso, a prima, a Joviana, ao apropriar-se do meu caderno, desenhava uma boneca que dizia chamar-se Raquel e que, a seu ver, seria um desenho francamente melhor do que os meus. É importante realçar que Bela diz que não seria capaz de sair do Torrão que afirma ser como Cabo Verde. De lá trouxe a ligação à terra e o saber que daí advém e, sempre que pode, vai a Cabo Verde visitar a família que lá permaneceu. (Fig.17, 18 e 19)



Fig.17 Casa da Bela.

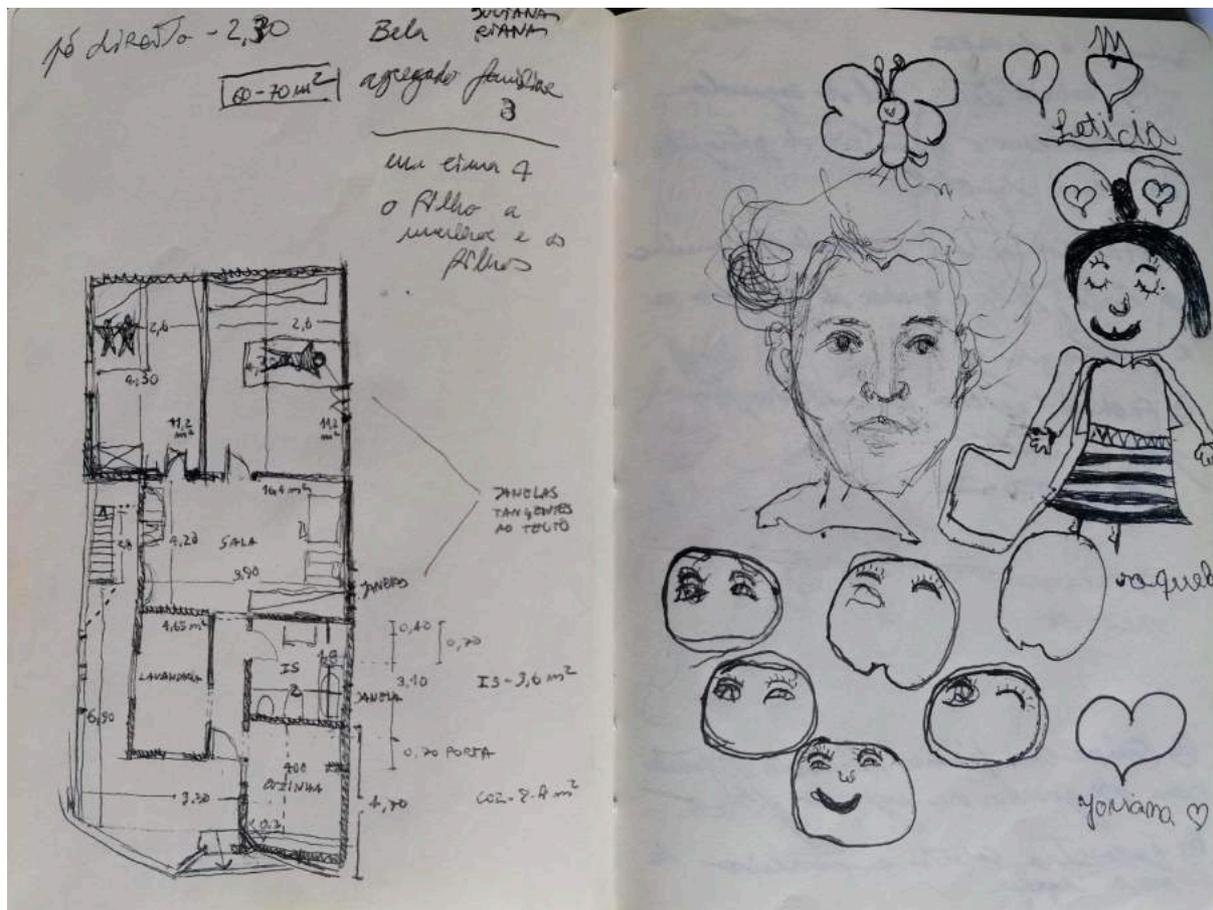


Fig.18 Levantamento da casa da Bela e desenho da Joviana.



Fig. 19 Marco e os netos da senhora Bela.

Cassandra veio de Angola em 1999 e vive desde 2000 no Torrão. É mãe de dois filhos, solteira, trabalha fora do Segundo Torrão. Ao entrar dentro da sua casa de 67m² para esse agregado de três pessoas é possível ver um cuidado na construção e organização que pareceram praticamente livres de problemas. Cassandra diz não sentir-se confortável com a possibilidade de os filhos poderem crescer ali, lugar que julga não ser próprio para o crescimento de uma criança. (Fig. 20)

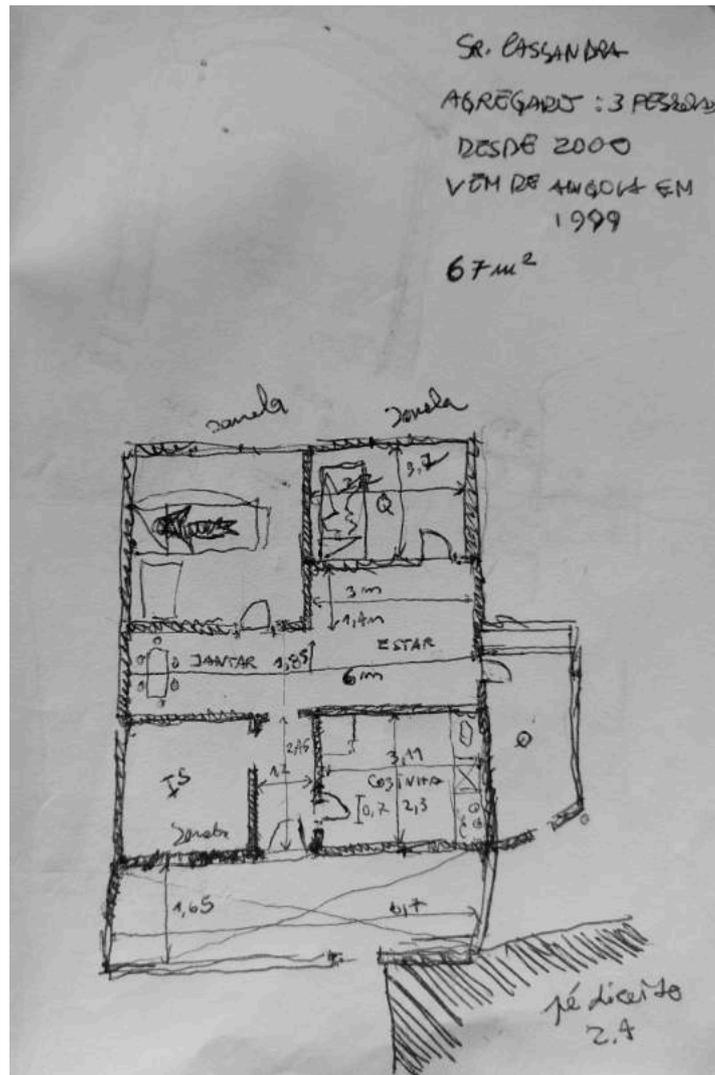


Fig.20 Casa da Cassandra levantamento.

Por fim, a casa do Hélder, com cerca de 30m². O agregado familiar é de duas pessoas, Hélder e o filho. Aquilo que hoje são duas casas, a do Hélder e filho e a casa do irmão, em tempos foram uma, quando todos viviam juntos. O mesmo aconteceu. Hélder teve um filho numa casa que, depois de dividida, apenas tinha um quarto. Então, o seu irmão cedeu um quarto da sua casa para que pudesse fazer face aos novos desafios. As casas são iguais. Corredor com casa de banho ao fundo que distribui para sala, quarto interior, cozinha, respectivamente. E, por haver a tal situação de cedência, passou a distribuir também para um quarto à direita, o quarto do filho, antiga sala do irmão.

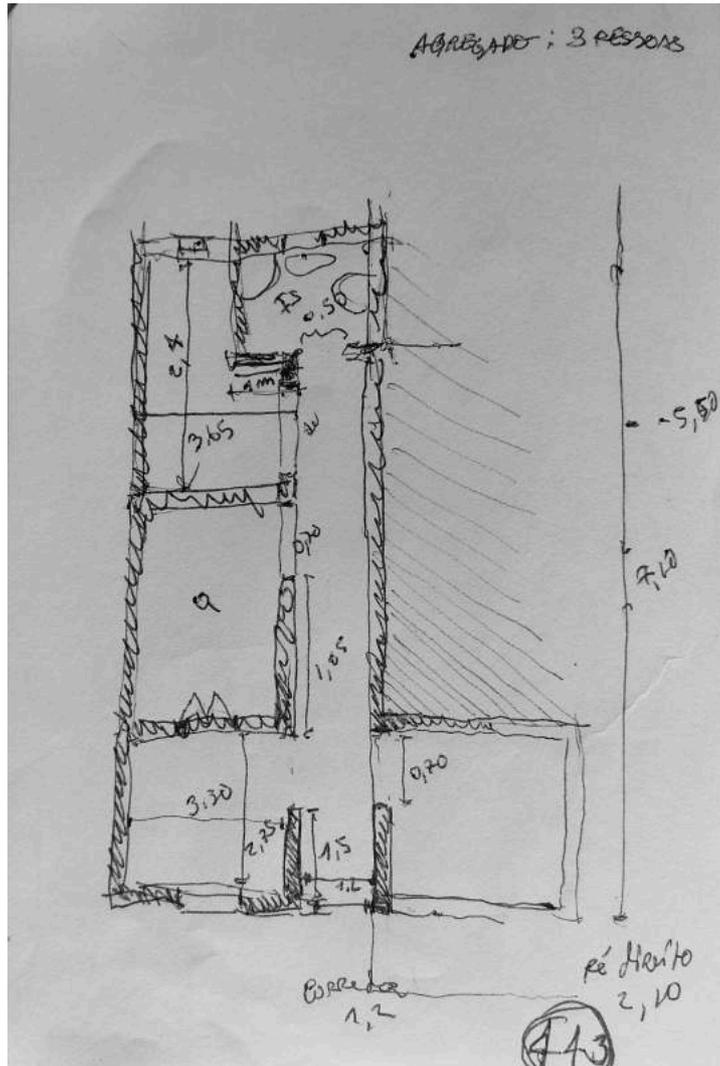


Fig.21 Levantamento da casa do Hélder.



Fig.22 Corredor da casa do Hélder.

Man-made places are related to nature in three basic ways. Firstly, man wants to make the natural structure more precise. That is, he wants to visualize his “understanding” of nature, “expressing” the existential foothold he has gained. To achieve this, he builds what he has seen. Where nature suggests a delimited space he builds an enclosure; where nature appears “centralized”, he erects a Mall; where nature indicates a direction, he makes a path. Secondly, man has to complement the given situation, by adding what it is “lacking”. Finally, he has to symbolize his understanding of nature (including himself). Symbolization implies that an experienced meaning is “translated” into another medium. A natural character is for instance translated into a building whose properties somehow make the character manifest. The purpose of symbolization is to free the meaning from the immediate situation, whereby it becomes a “culture object”, which may form part of a more complex situation, or be moved to another place. All the three relationships imply that man gathers the experienced meanings to create for himself an imago Mundi or microcosmos which concretizes his world. (Schulz, 1980: 17) GENIUS LOCI Towards a phenomenology of architecture

Tipicidad y unicidad, tipo e lugar, parecen ser los términos de esa dialéctica en la que se forja la arquitectura. El tipo representa lo genérico, lo universal, lo abstracto, mientras que el lugar se asimila a lo particular, lo singular, lo concreto. (Aris: 93) “Las variaciones de la identidad. Ensaio sobre el tipo en arquitectura”

2. DAS QUESTÕES LEVANTADAS A PROJECTO

2.1 ESCALA METROPLITANA



Fig.23 Planta inicial 1:10000 da proposta do fecho da golada, metro (da FCT à Costa) e união do Primeiro e Segundo Torrão, Vila da Trafaria e Cova do vapor.

a) METRO

Como foi visto anteriormente, o Segundo Torrão surge isolado da restante cidade. Um assentamento urbano que mais se assemelha a um pequeno povoado com um carácter que já deixa fazer-se respirar um clima urbano com a particularidade de ser simultaneamente rural, perdido entre o pinhal e o rio, onde a cidade planeada, da infraestrutura, acessos e direitos parece não ter chegado. Têm rede de água e, recentemente, como foi referido antes, foram instalados postos de fornecimento de energia pela EDP. Todas estas conquistas, bem como a aceitação por parte da empresa, detentora de grande parte do terreno onde está implantado o Torrão, vão sendo cada vez mais reveladoras de um processo que tem vindo a caminhar no sentido da legitimação do bairro.

Ainda assim, nunca é demais referir que as condições são precárias e, num processo simultâneo à reestruturação do mesmo, reestruturação que irá ser abordada a seguir, surge a necessidade de articulá-lo melhor com a restante cidade. Neste sentido, pela anterior conclusão, a de serem insuficientes os meios de transporte que os permitam, com maior facilidade, aceder ao centro de Almada, uma das primeiras propostas que surgem neste projecto tem que ver com a extensão do metropolitano que, hoje, vai de Almada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e que, segundo a nossa proposta, passará a ligar Almada à Caparica, passando pela Trafaria, superando a dificuldade de vencer a encosta tomando o Vale da Enxurrada enquanto mediador entre a FCT e a Trafaria.

b) FECHO DA GOLADA E MARGEM

Em fase de análise, que, aliás, parece nunca ter chegado ao fim durante todo o processo de projecto, concluímos a importância de apontar, como uma das maiores operações propostas, a reposição da golada do Tejo. No fim da década de 80 foram feitos estudos, a pedido do porto de Lisboa, para que se levasse a cabo o fecho da golada do Tejo, projecto coordenado pela Hidrotécnica Portuguesa e com a colaboração do LNEC e o IH (Instituto Hidrográfico). Um Estudo de Impacto Ambiental foi feito e, em 1990, foi aberto concurso internacional para que a obra se executasse. Em 1992, segundo o juízo da comissão de avaliação do EIA, a obra foi declinada ao concluírem não haver fundamento que levasse à certeza de ocorrerem os efeitos pretendidos. As consequências são conhecidas. O ecossistema continua em desequilíbrio. A falta para com uma importante tomada de decisão tem vindo a representar um prejuízo que tanto quanto se manifeste pelos milhões gastos anualmente na reposição de sedimentos à margem direita do rio, ao longo da linha de Cascais, e ao longo da Costa da Caparica, margem sul do Tejo, também dá de si quando se pense na possibilidade de o mar galgar a margem e, por conseguinte, acabar pondo em causa a segurança das pessoas e o equilíbrio de zonas de protecção ambiental. Sumariamente, o que acontece é que a golada servia como um enorme esporão, que veio a construir-se ao longo de séculos, que cumpria um propósito de retenção de sedimentos em constante movimento ao longo da costa, movimento a que se dá o nome de corrente de deriva litoral. O que aconteceu para que se desse a erosão da golada, que permitia,

em maré baixa, caminhar desde a Cova do Vapor ao Bugio, foi a extracção de enormes quantidades de areia no início da década de 40 para que fossem feitos aterros na margem norte do rio Tejo.

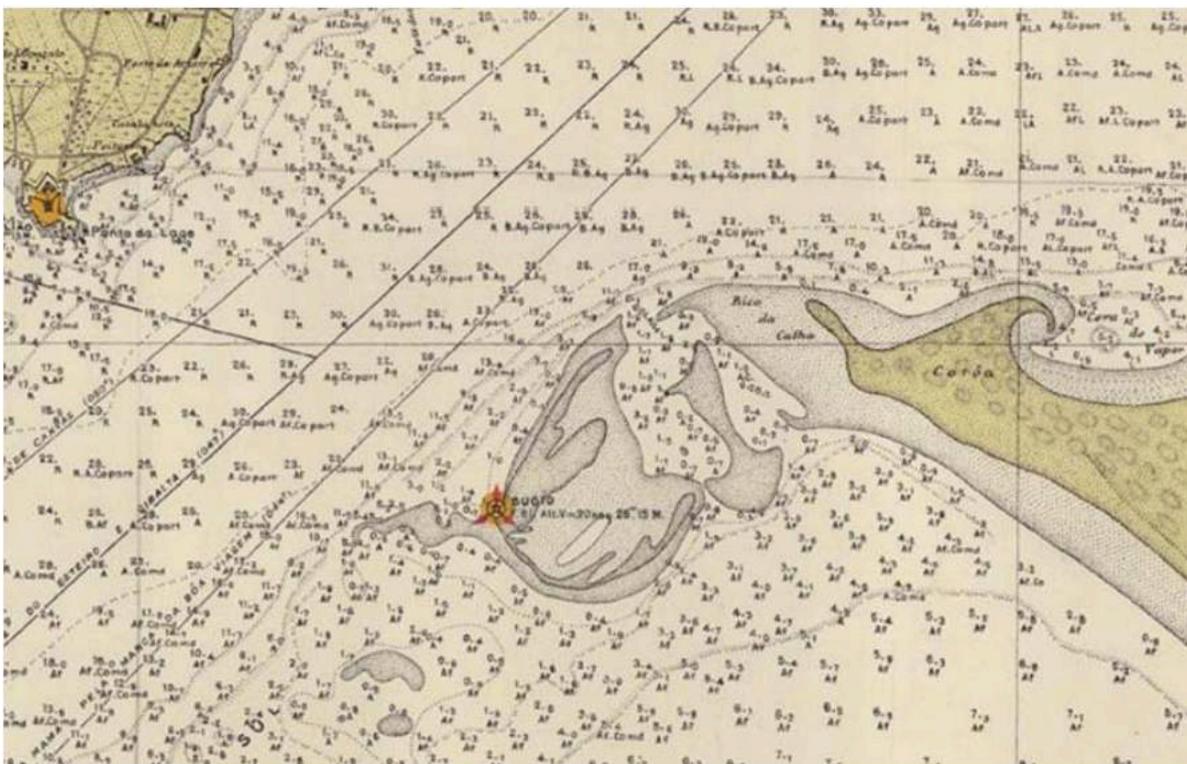


Fig.24 Pormenor da carta de entrada em Lisboa - 1929

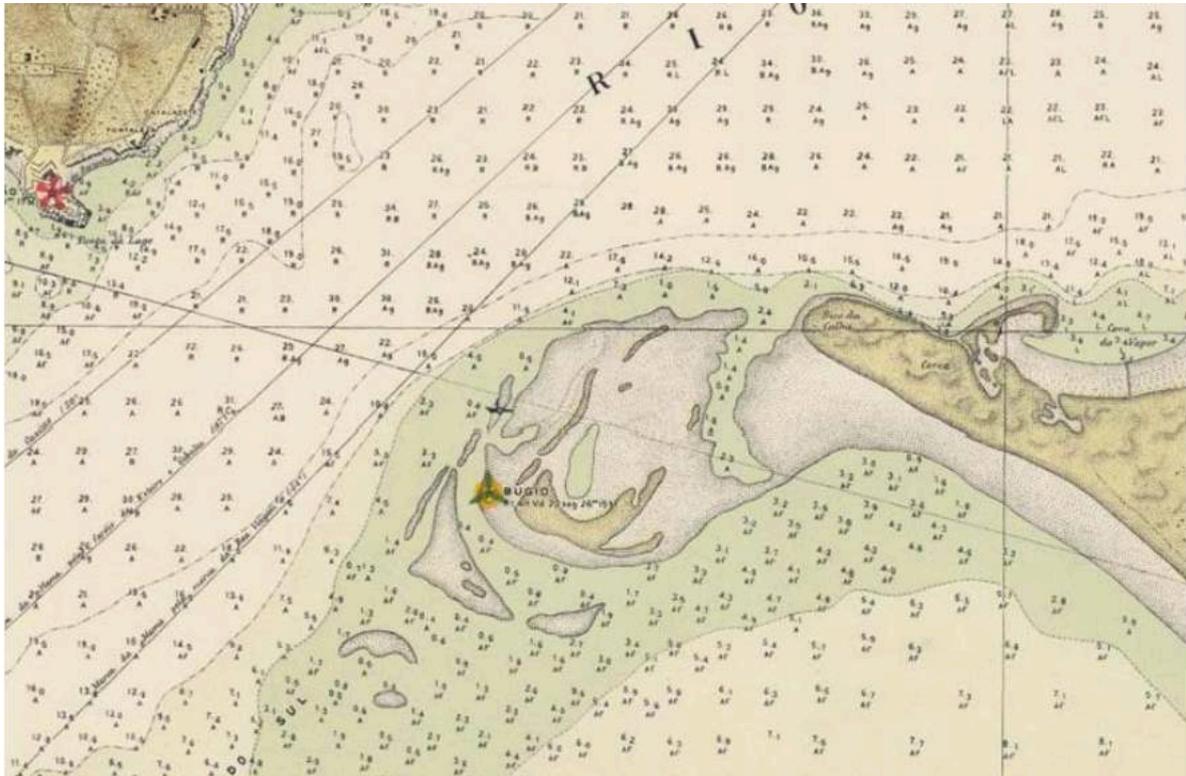


Fig.25 Pormenor da carta de entrada em Lisboa - 1939

Posto isto, em que é que pode estar, toda esta questão, implicada no projecto de requalificação do Segundo Torrão?

A imagem seguinte revela um mapa no qual é possível ver, segundo relatos de moradores do segundo torrão, no âmbito de uma investigação levada a cabo no projecto de ciência cidadã Novos Decisores Ciências no Segundo Torrão, uma cronologia de vários anos nos quais o rio transpôs a margem e tomou o bairro.



Fig.26 Galgamentos segundo relatos de moradores do Segundo Torrão no âmbito do projecto de ciência cidadã Novos Decisores Ciências no Segundo Torrão.

Este é um dos maiores factores que contribuem para que muitas vezes se pense que o melhor seria, para a protecção destas populações à margem do rio, o seu realojamento noutros lugares. Mas, será o mais acertado prescindir de toda a diversidade cultural à margem sul do Tejo em detrimento de tomar uma decisão acertada? Alguém equaciona a possibilidade de mudar a Mata Nacional dos Medos para um outro lugar? Enfim, este parece ser o ponto. O que aqui é defendido é que seria tão descabido e insustentável que se mudasse uma mata de sítio quanto as populações que habitam a margem e fazem desse habitar tempo, permanência, e memória. Não entender o papel que estes homens e mulheres desempenhem naquilo que respeite à construção de uma memória colectiva em íntima relação com o lugar seria a mesma coisa que ouvi-los alegar que seria indiferente que a baixa pombalina mudasse para o Algarve e, com ela, toda a sua actividade e memória. Mas isso não poderia acontecer. Porque há coisas que pertencem à memória colectiva de todos ou, se não de todos, de quase todos. O apelo que fica será no sentido de convidar a que tanto quanto sejam vistas as coisas pela memória e pelos símbolos pelos quais nos possamos reger o sejam também no esforço pela compreensão na construção de novos outros. E com isso, a inevitável simultaneidade na construção das coisas.

2.2 ESCALA DO BAIRRO

Os projectos que vão agora ser falados são resultado de tudo o que tenha vindo a ser desenhado até então. Pela enormidade do enunciado que veio sendo traçado num processo simultâneo à execução do próprio projecto, é de referir que tudo o que esteja aqui em questão não pode considerar-se uma coisa acabada. Tudo se trata de um processo que foi surgindo a par do reconhecimento do bairro e que, pelas incansáveis actualizações a cada visita ao mesmo, bem como a demora subjacente, não pôde mais que dar a ver uma pequena amostra daquela fecunda realidade. Quanto às questões levantadas, é uma vez mais importante referir, que o propósito está na possibilidade de virem a mobilizar a construção de um diálogo que fique em aberto. Por último, ainda antes de avançar, este método, se é que pode dizer-se como o sendo, apenas padece de uma certeza, a de ser impossível dar a resposta certa, neste caso, em pouco tempo. Por isso, mais do que responder, procurou-se perguntar.

O Segundo Torrão, uma realidade ímpar, sem dúvida. No entanto, será ele ímpar ao ponto que possa dizer-se totalmente distinto de todos os aglomerados populacionais vizinhos? Ultimamente tem estado na crista da onda. Tem sido palco de inúmeras visitas, o que, não sendo de todo mau sinal, revela uma coisa que parece ser mais ou menos unânime. Que as realidades vizinhas não apontam para necessidades similares e que, em último caso, estão envoltas de circunstâncias bastante distintas. Mas será isso verdade? Falando num assunto que interessa à arquitectura, a quem atente às metamorfoses que o Primeiro Torrão foi sofrendo ao

longo dos tempos, talvez tenha a resposta à pergunta de como se possa vir a interferir ao intervir tanto nele quanto no Segundo Torrão. Se olharmos com atenção a uma correnteza específica de casas no Primeiro Torrão, talvez consigamos, ao abstrair-nos de toda a desarrumação própria da heterogeneidade que possa sentir-se, encontrar um módulo que se repete. Esta repetição trata-se da disseminação tipológica de habitações geminadas que apareceram por volta da década de 40 do século passado.



Fig.27 Habitações geminadas, actual Primeiro Torrão.

Esse módulo que se repete, correspondente às habitações, é universal. É a base sobre a qual tudo começa a ser desenhado. Com um caráter mais particular, aparecem todos os anexos que surgem mediante as necessidades de cada um que, em diferentes momentos da vida, mudam a forma matriz. Agregados a isso aparecem os limites. Esses muros como a ideia de propriedade e segurança de cada um, que talvez não tenham aparecido em simultâneo em todas as habitações, mas que, com o passar do tempo, possam ter levado a tomar, de forma epidémica, a mesma forma de mediar o espaço privado e público.



Fig.28 Habitações geminadas, anexos e muros. Primeiro Torrão 2019.

Desta forma, podemos ver no tempo a relação entre a forma e o uso. No Segundo Torrão, embora não exista tipologia em série, encontramos uma forma de ocupar similar. A casa não tem uma forma perene. É maleável, tanto quanto as foram as ruas quando estiveram em processo de definição (essas construções do vazio pelo cheio das casas) e, quando não pode mais estender-se à rua, cresce em altura. Quando não pode nem conquistar à rua nem crescer em altura entra em negociações com a casa vizinha que, a haver sorte, é a casa de um familiar que cede um quarto, como no caso do Hélder e o irmão. Assim sendo, já é sabida, de certa maneira, de que forma podem apropriar-se das tipologias que propomos. E, ainda antes disso, já é possível perceber que tanto o Primeiro quanto o Segundo Torrão estão mais próximos do que aquilo que os moradores de um e outro julgam. Derivado da vontade que há na procura pelo conserto da relação entre ambos os bairros, o projecto que propomos de habitação funciona num espaço de interstício que os medeia. Assim surge a proposta para o Grande Torrão. (Fig.29)

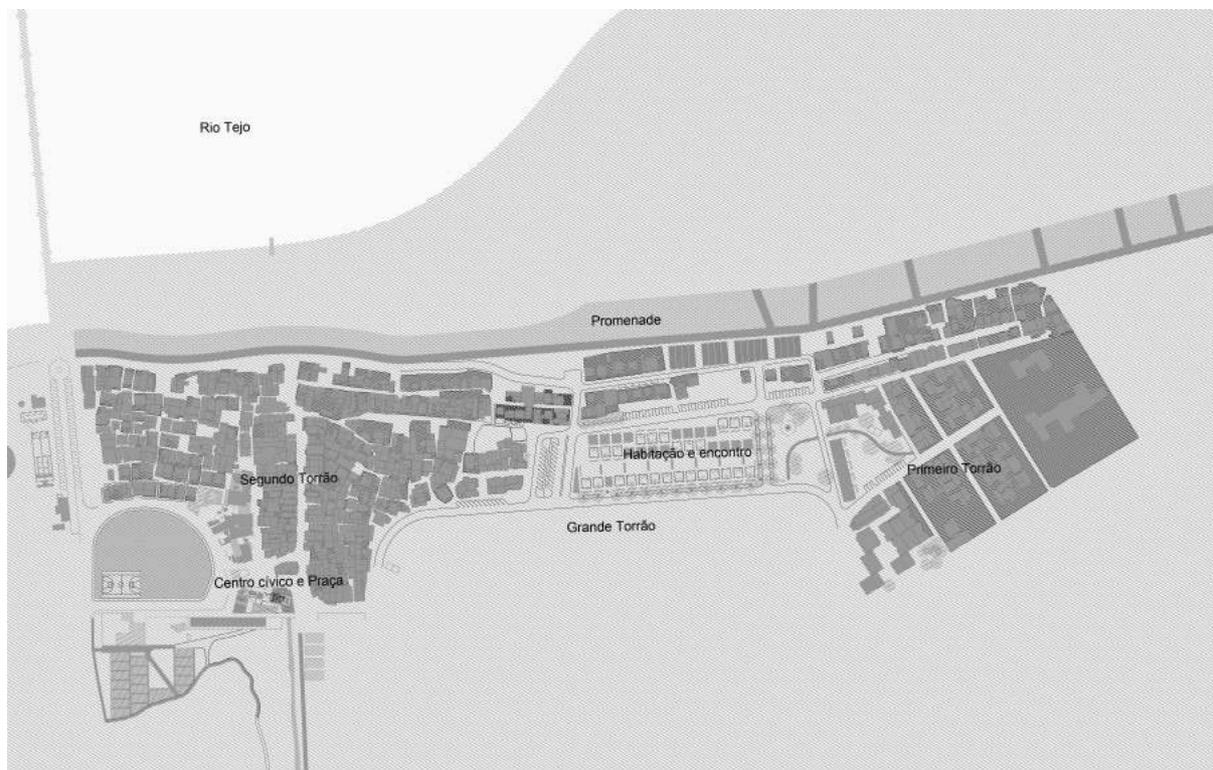


Fig. 29 Grande Torrão.

a) HABITAÇÃO NOVA E REABILITAÇÃO

Este projecto de habitação servirá, numa primeira instância, para albergar as pessoas que tenham a casa em processo de recuperação, motivo pelo qual foram feitos levantamentos naquele quarteirão, se é que pode chamar-se assim (Fig.14). Simultaneamente servirá como laboratório para que se veja a apropriação. Mediante a apropriação, poderiam vir a servir a longo prazo, como habitações permanentes, mesmo depois de dado por concluído o projecto de reabilitação das habitações e urbana. O que aqui é defendido é que, num processo gradual, as pessoas possam regressar às casas que construíram depois de reabilitadas. Considerámos, como há sido dito, que a morfologia urbana originada pelos cheios das casas tem imenso interesse. Quando foi falado, no início, o ar de coisa que, ainda que recente tivesse cheiro a princípio antigo, anunciava-se precisamente este carácter morfológico que remete para a irregularidade presente em tantas cidades que antecedem a Era Moderna. Mas, mais do que remeter para uma conversa que interesse a arquitectos, esse carácter remete, não simbolicamente, para tudo quanto estes indivíduos tenham de memória sob a forma construída entre as suas realidades iniciais e esta, muito particular, transformada em ocasião entre a natureza e a cada dia mais domesticada. A construção das casas ditou as formas serpenteadas da rua. Ou seja, as várias decisões particulares dos moradores, que, ainda assim, hão-de ter funcionado em efeito dominó, originaram o desenho da rua pública. Coisa que, num processo de urbanização convencional, se dá justamente ao contrário. Primeiro,

aparecem as infra-estruturas a par da rua de todos que, por ser decidida pelo desenho, que é resultado directo de poucas pessoas, tem um caracter particular. Assim, na cidade formal, a construção das ruas ditou as formas rectilíneas dos edificios em cadeia mais ou menos regulares.

b) REDEFINIÇÃO DO LARGO DA ASSOCIAÇÃO E CENTRO CÍVICO

A par deste projecto surge a reconfiguração do Largo da Associação, limitado, a norte, pelo Centro Cívico. Das sucessivas vezes que fomos ao bairro, pudemos constatar que este largo é um dos mais vividos. Não será por acaso que reúne o maior aglomerado de cafés, mercearias, espaço de estar, Associação de Moradores, cabeleireiro, a igreja, a surgir neste preciso momento, e claro, pessoas.

Ora, o que dizemos é que tanto a Associação de Moradores quanto a igreja serão reconvertidos e integrados enquanto parte do projecto do novo centro cívico. Programa que irá abranger oficinas, lojas, salas de estudo, pequeno espaço expositivo, salas com horários que possam cumprir vários propósitos, a Associação e espaço para que se celebrem as missas, com a particularidade de vir a ser um espaço que cumpra mais propósitos, coisa que não é

novidade para os crentes aqui residentes, no qual possam ser, também, como já ocorreu, projectados filmes e onde possam acontecer reuniões.

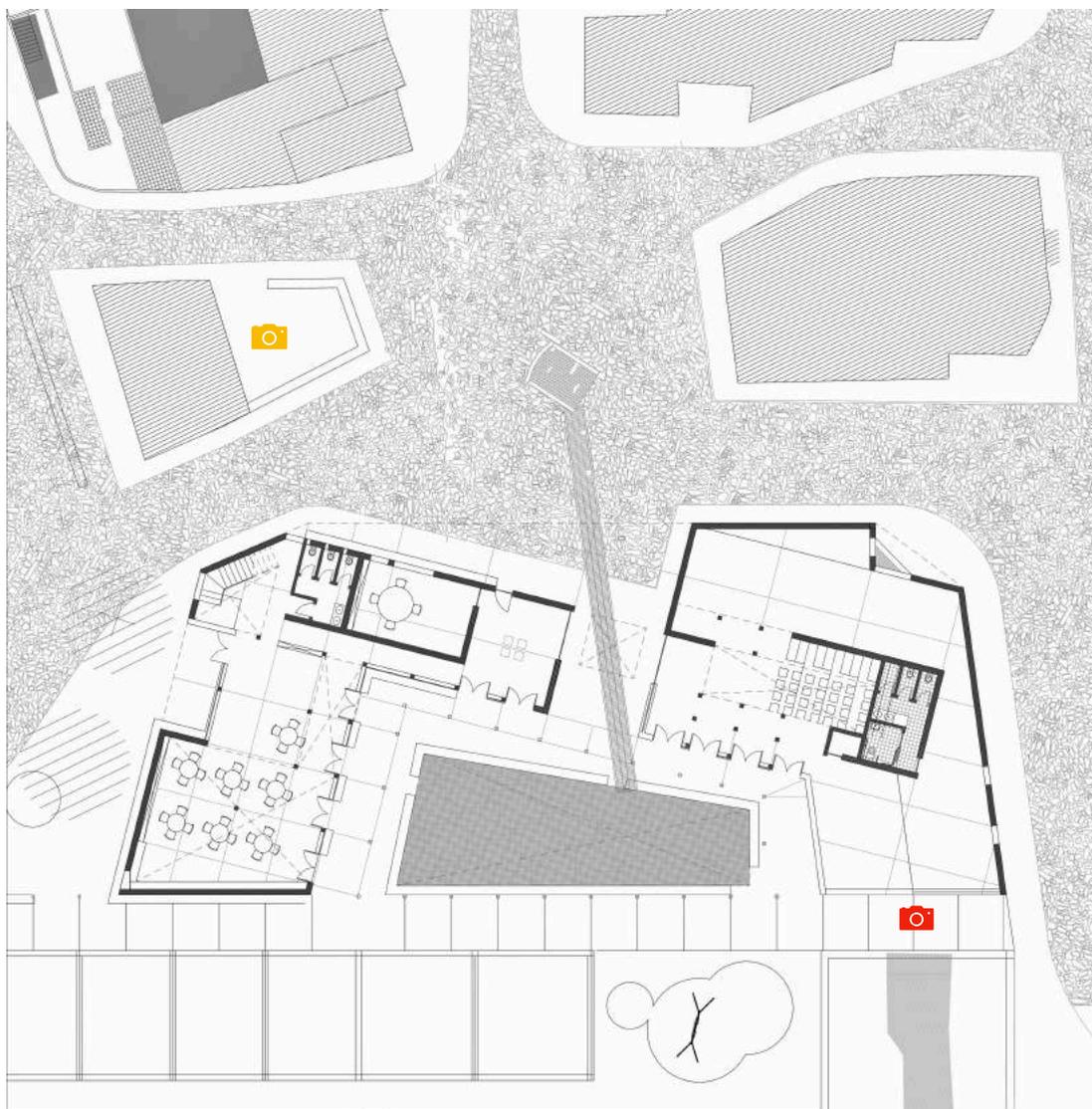


Fig. 30 Planta de Piso Térreo do centro cívico, redefinição do Largo da Associação.



Fig.31 Espaço recentemente fechado com intervenção do colectivo Frame no Largo da Associação.



Fig.32 Fotografia do canal que virá a ser enquadrado pelo coberto que substitui o muro.

Onde um dia houve um muro, barreira desqualificada que cintou o bairro de modo que lhe definiu a forma, agora haverá espaço de permanência e ocasião. Esse muro de tijolo e cimento, desqualificado e que, ao contrário da muralha medieval, que cumpria o propósito de proteger quem habitasse o seu interior, cumpre o fim de proteger uma propriedade privada, empresa de animação de praia, da possibilidade de ser profanada de algum modo por aqueles hereges. Esses rectilíneos limites acutilaram os caminhos que foram traçados no pinhal à força dos pés os abrirem. Mas o hábito das caminhadas sobre o rígido muro foram água mole em pedra dura. Assim, onde principiavam os caminhos que faziam transitar, de forma mais rápida, do bairro à avenida, trataram de os derrubar. Daí resultaram as descontinuidades.(fig.7 e 33)



Fig.33 Segundo Torrão, planta actual demolidos. Muro e discontinuidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

For modern urban man the friendship with a natural environment is reduced to fragmentary relations. Instead he has to identify with man-made things, such as streets and houses. The German-born American architect Gerhard Kallmann once told a story which illustrates what this means. Visiting at the end of the Second World War his native Berlin after many years of absence, he wanted to see the house where he had grown up. As must be expected in Berlin, the house had disappeared, and Mr. Kallmann felt somewhat lost. Then he suddenly recognized the typical pavement of the sidewalk: the floor on which he had played as a child. And he experienced a strong feeling of having returned home. (Schulz, 1980: 21) GENIUS LOCI Towards a phenomenology of architecture

Para terminar, aproprio-me deste excerto que pareceu fazer justiça a tudo quanto tenha sido dito. Há qualquer coisa que parece exceder determinadas questões que tenham vindo a aparecer ao longo de todo este texto. A busca pelo início, quando o aparato minuto a minuto nos fizesse poder esquecê-lo, parece ser a chave para a resposta a essas questões. Não valerá a pena procurar aprofundar, de forma objectiva, questões complexas se o principal ficar por responder. O arquitecto referido no excerto, Gerhard Kallmann (1915-2012), conseguiu

conquistar o sabor de voltar a casa. Pôde voltar a ser criança. Foi o pavimento onde brincava à falta da casa. Teria sido o cheiro à falta de chão?

Se pensarmos nos momentos de interstício, nos momentos de conflito marcados por mudanças de paradigma ao longo dos tempos, chegamos sempre à graça de encontrar indivíduos que não tenham participado nem exclusivamente da vanguarda nem meramente do berço. Ou seja, não tanto à vanguarda que fizesse esquecer o princípio, nem tanto ao berço que nos impossibilitasse, por completo, de olhar à mudança. Esta julgo ser a mais importante questão. Em resultado de todas as outras, e não apenas pela mera soma das suas partes, pareceu-me ser certamente a base sobre a qual tudo pudesse começar.

Isto percebe-o muito bem o arquitecto que repele por completo falsas analogias, Aldo van Eyck (1918-1999).

Discover the old and new always implies discover something new. (Eyck, 1968: INDESEM)

Assim falou Aldo van Eyck no International Design Seminar de 1968. Seis anos antes, a propósito daquele que foi o primeiro encontro a larga escala da Team 10, na Royaumont, uma abadia medieval junto à floresta de Chantilly a norte de Paris, começou a discursar segundo a sua máxima, a casa como uma pequena cidade e a cidade como uma grande casa.(fig.34) (Strauven: 397) Tudo isto circunscrito e à luz da atenção que teve na incessante procura pelas

heranças, que considerou tão fundamentais quanto o património Clássico e Moderno da cultura ocidental, presentes na cultura Zuni, no norte da América, e nos Dogon, nativos da África Ocidental. (idem: 380) Houve a necessidade de sair-se do atelier. De entender qualquer coisa que estivesse para lá do alcance do entendimento erudito que se materializasse à porta fechada. Uma necessidade que excedeu tudo quanto pudéssemos fazer explodir no nosso laboratório. A grande conquista foi a de procurar alertar para que não se esquecesse a medida das pessoas na arquitectura. Numa procura que, tanto quanto respondesse, perguntasse. E é emergente que se pergunte se esta arquitectura cabe neste lugar, se o lugar diz da arquitectura e se o concílio entre ambos pode traduzir-se em tempo para as pessoas sob a forma de ocasião e permanência. É preciso olhar lentamente ao que podemos vir a transformar tentando sempre distinguir o nosso bem pessoal da verdade.

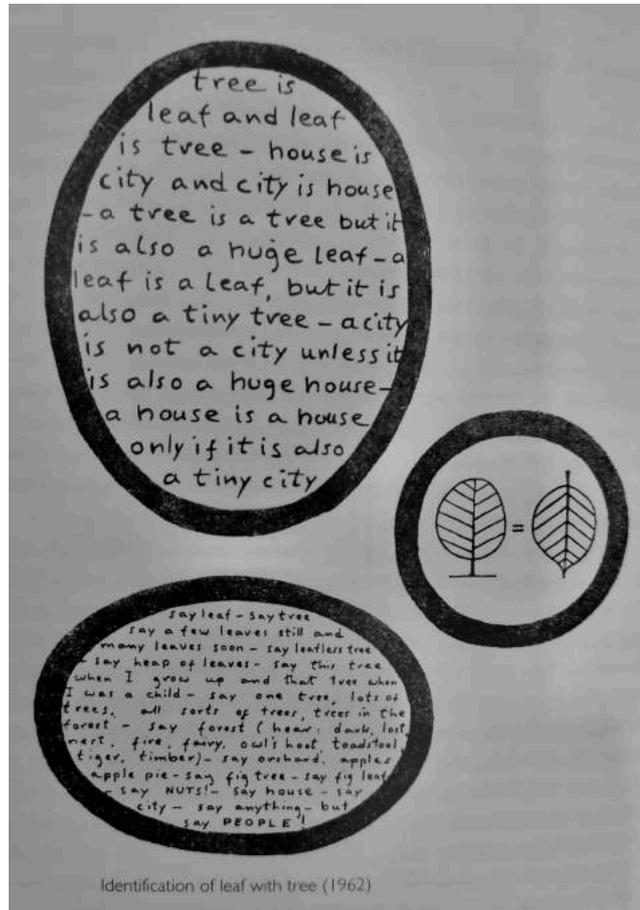


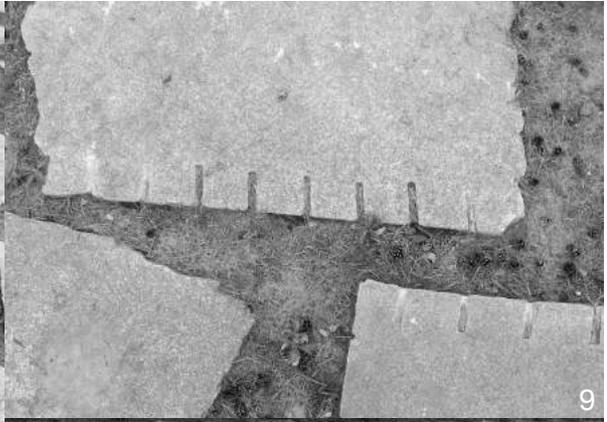
Fig.34 Identification of leaf with tree (1962)

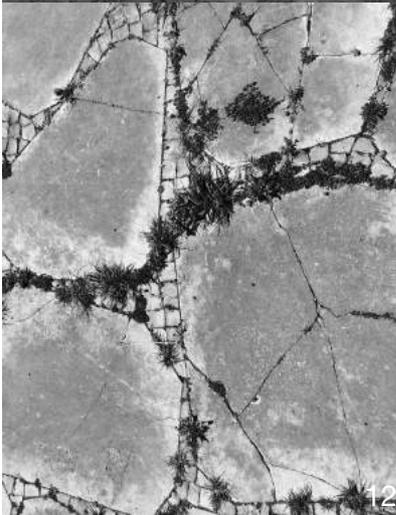
Dentro do desenho desta reflexão, voltando à Trafaria, julgamos que a memória daqueles assentamentos urbanos à margem do rio devem ser acompanhados e continuar a contribuir para a diversidade do todo. Afastá-los do início seria prática insustentável. Trabalhar acessos para que, a caso de quererem, saiam como homens e mulheres livres, é o caminho. Simultaneamente a este, o já referido, recuperar o bairro e, através do plano de extensão, continuar a construção da permanência. Quanto à questão da arquitectura, é necessário aqui compreender, que cada caso é um caso. A casa que apareça na Avenida de Roma corresponde à ideia de uma cidade completamente distinta da ideia de cidade para a qual a casa que apareça no Largo da Associação, no Segundo Torrão, aponte. Assim sendo, recuperando uma vez mais o excerto que inaugura esta conclusão, regressemos a casa e deixemos que os outros regressem.

As imagens que se seguem são uma colecção de 27 fotografias de 25 pavimentos que tirei ao longo dos últimos tempos.

1 Cais do Ginjal, Almada 2018 Junho; 2 Atelier Alvar Aalto, Munkkiniemi 2018 Agosto; 3 Casa experimental, Muuratsalo 2018 Agosto; 4 Turku 2018 Agosto; 5 Casa experimental 2018 Agosto; 6 Skogskyrkogården, Estocolmo 2018 Agosto; 7 Skogskyrkogården, Estocolmo; 8 Kirche Bruder Klaus, Basileia 2019 Janeiro; 9 Skogskyrkogården, Estocolmo; 10 Concert hall, Talin 2018 Setembro; 11 Segundo Torrão 2019 Fevereiro; 12/13 Exterior e interior panorâmico de Monsanto 2019 Março; 14 Chaves 2019 Abril; 15 Basileia 2018 Dezembro; 16 Segundo Torrão 2019 Março; 17/18 ISCTE 2019 Junho; 19 Sete Rios, Lisboa 2019 Março; 20 Praga 2019 Setembro; 21/22 Palácio de Estói 2019 Abril; 23 Palácio de Sintra 2019 Agosto; 24 São Lourenço do Barrocal 2019 Abril; 25/26 Palácio de Sintra 2019 Agosto; 27 Garagem Elisabeth Veisa, Riga 2018 Setembro 28 Pavimento proposto, Largo do Segundo Torrão

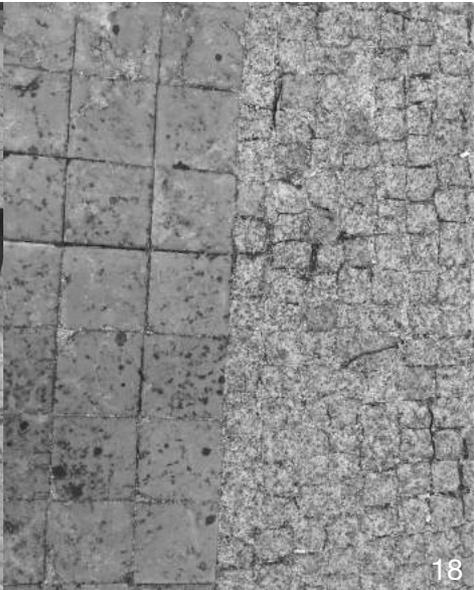








17



18



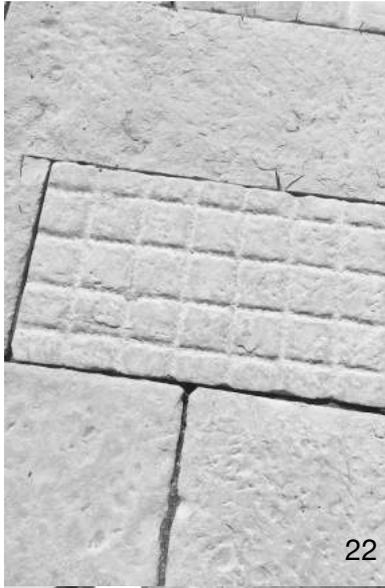
19



20



21



22



23



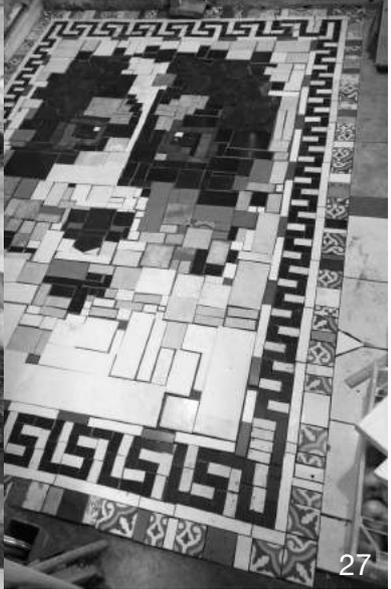
24



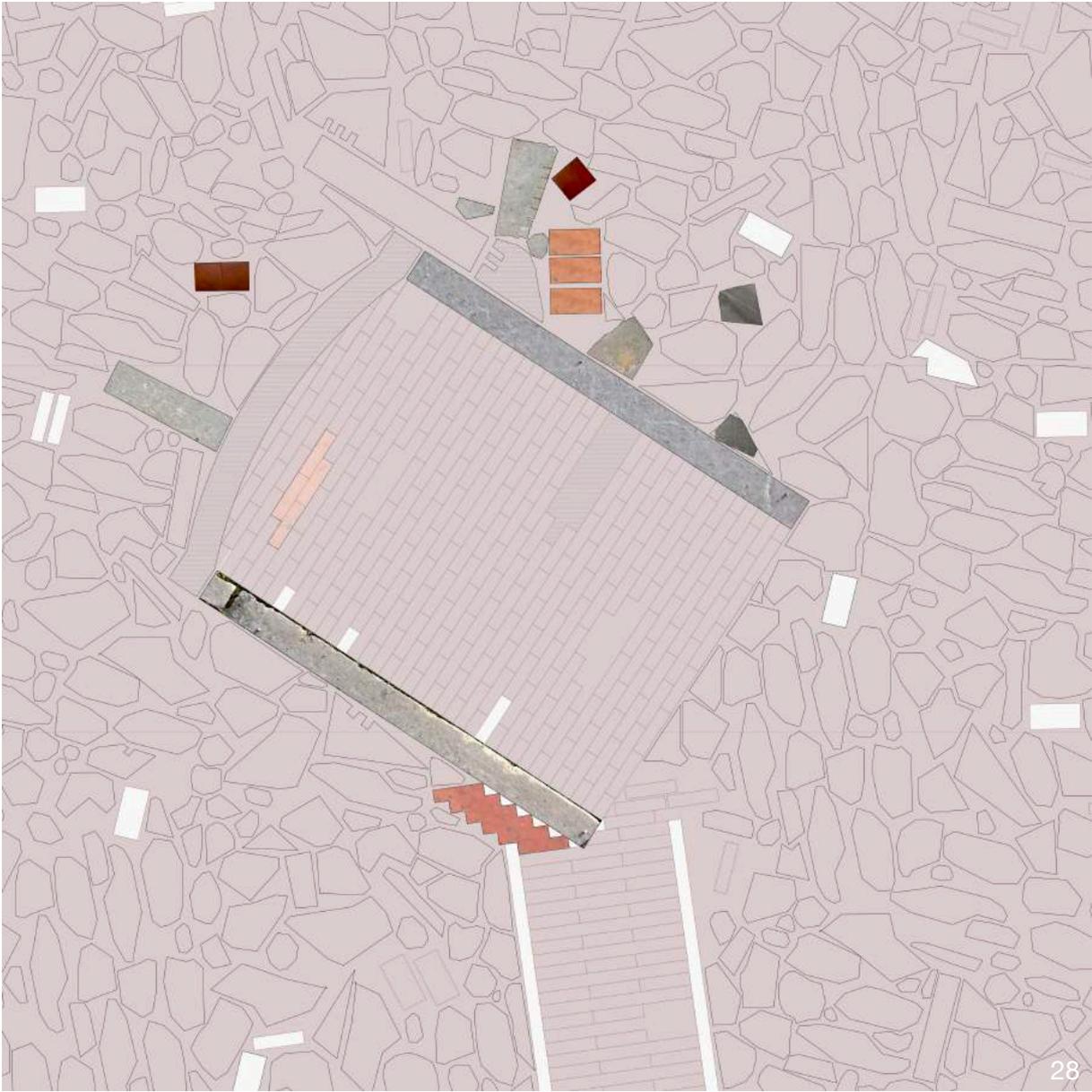
25



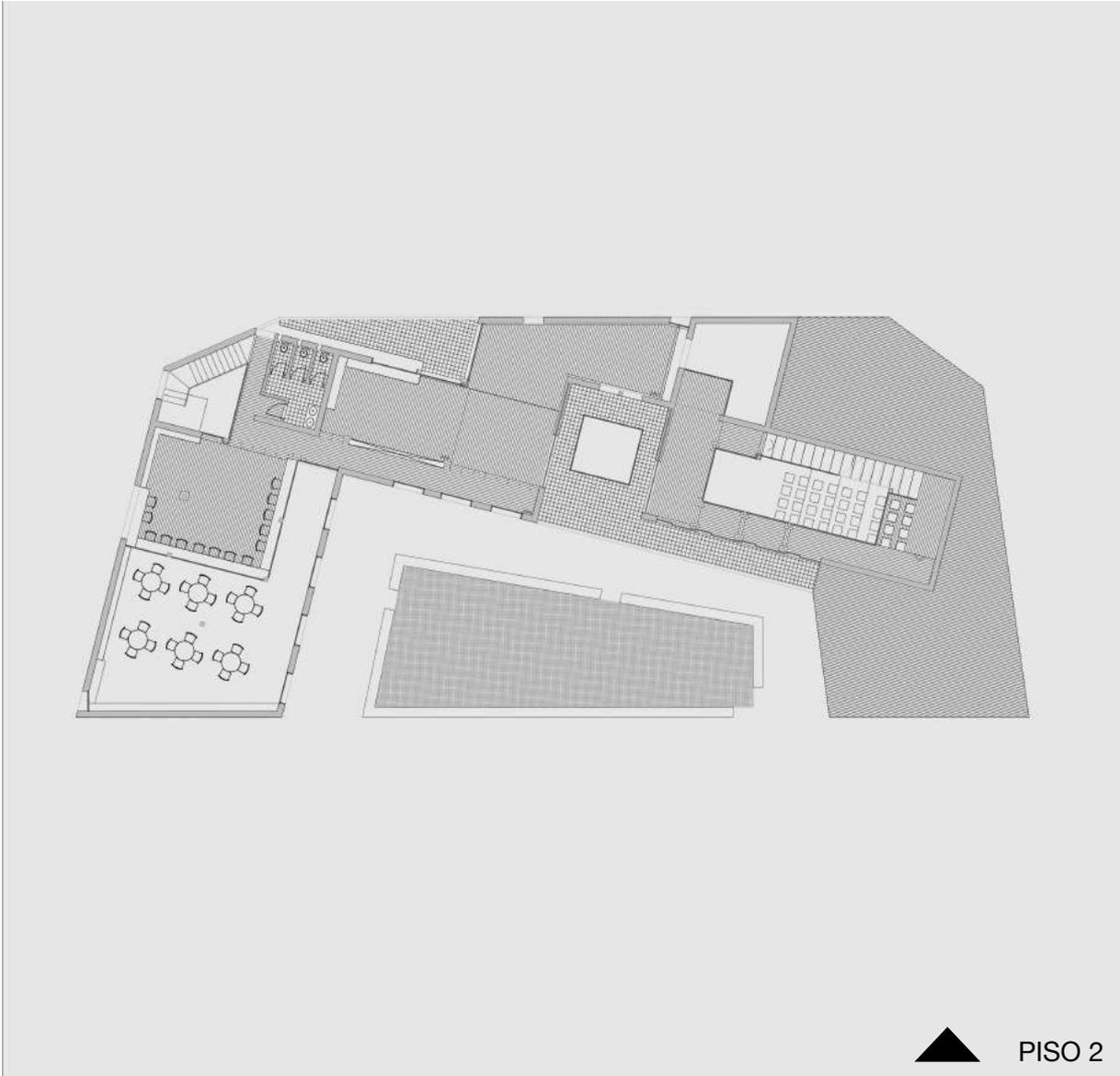
26



27







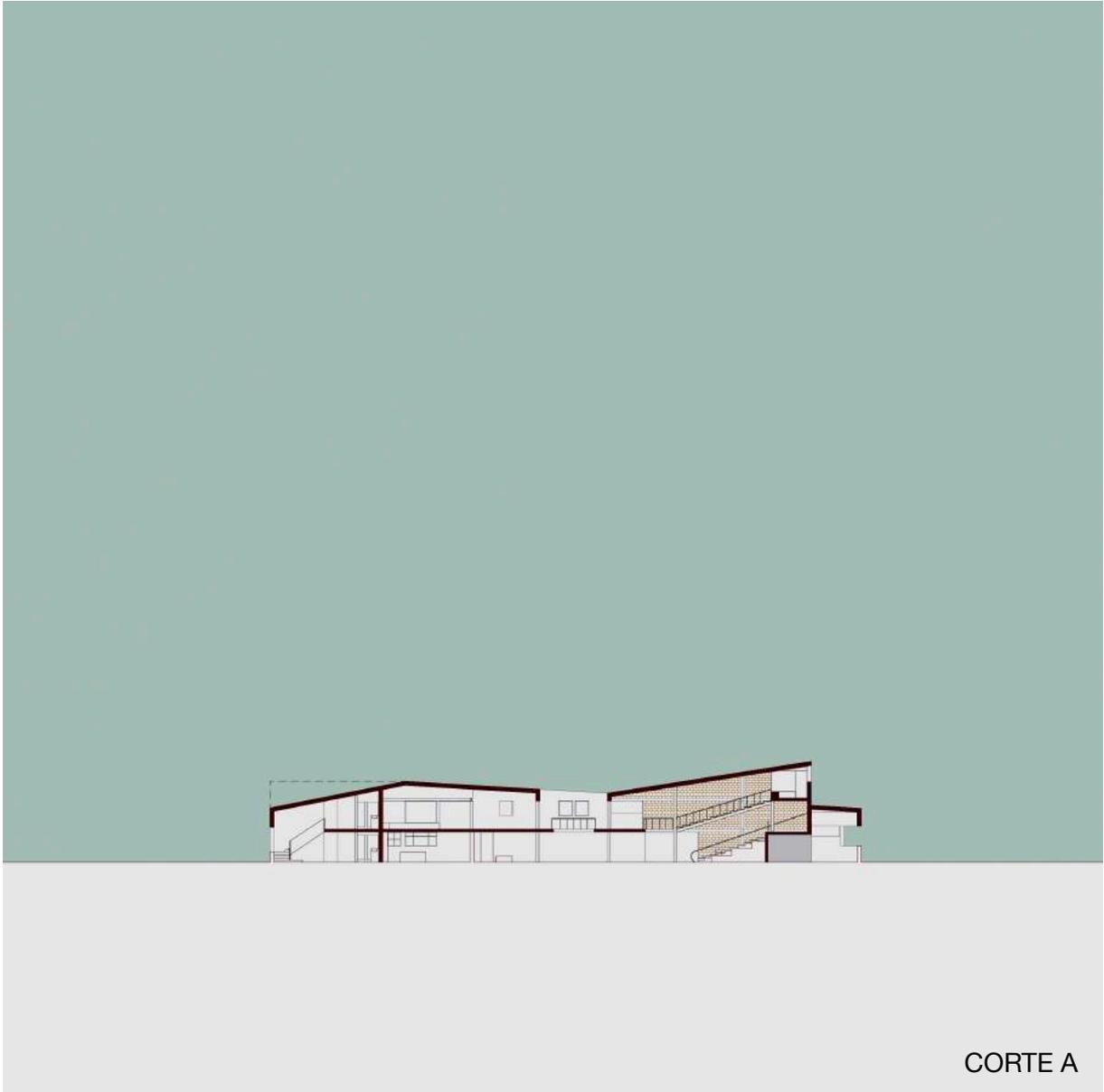


NORTE





NASCENTE



CORTE A

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Sindicato Nacional dos Arquitectos. (1961). *Arquitectura popular em Portugal*.

Auge, M. (2010). *Não-lugares* (p. 69). Campinas: Papirus.

Lisboa.Bacon, E. (1995). *Design of cities*. London: PENGUIN BOOKS.

Brandão, R. (1923). *Os Pescadores* (p. 151). Lisboa: Relógio de Água.

Costa, M. (2014). Casas e montes da serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve (p. 82; 289). Porto: Afrontamento.

Cão, J., & Arquizán, T. (2017). *Novos Decisores entre a Terra e o Mar*. Retrieved from https://drive.google.com/file/d/0B_Vvl0ecuhPcZUtzVG1jR2tQRFE/view

Domingues, Á. (2018). Retrieved 14 November 2018, from <https://www.youtube.com/watch?v=nvhv3hR2Nw8>

Martí Arís, C. (2005). *La cimbra y el arco*. Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos.

Martí Arís, C., Devesa, R., Fundación Caja de Arquitectos., & Escola Tècnica Superior d'Arquitectura de Barcelona. (2014). *Las Variaciones de la identidad* (p. 93). Barcelona: Fundación Arquia. Silvano, F. (2019). *ANTROPOLOGIA DO ESPAÇO* (pp. 25-37). Lisboa: ASSÍRIO & ALVIM.

Montaner, J. (2019). *A MODERNIDADE SUPERADA* Ensaios sobre arquitectura contemporânea. Barcelona: G. Gili, Ltda.

Norberg-Schulz, C. (1968). *Intentions in architecture* (1st ed.). (Oslo): THE M.I.T. PRESS.

Norberg-Schulz, C. (1980). *Genius loci* (pp. 17; 21). New York: Rizzoli.

PERSPECTIVE SUR LE PROGRAMME NOUVEAUX COMMANDITAIRES SCIENCES AU SEGUNDO TORRÃO : UNE DÉMARCHE DE QUESTIONNEMENT SITUÉE. (2017). [Ebook]. Retrieved from <https://docs.google.com/viewer?>

a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbngxzY29wc2NvcHN8Z3g6NDJIM2U4NGJjNmE4NjJmOQ

Silvano, F. (2019). *ANTROPOLOGIA DO ESPAÇO* (pp. 25-37). Lisboa: ASSÍRIO & ALVIM.

Strauven, F. (1994). *ALDO VAN EYCK The shape of Relativity* (pp. 380-393). Amsterdam: Architectura & Natura.

Vidal Abreu, F. (2010). Retrieved 11 March 2010, from